



CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2022 RESUMO TÉCNICO

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS
EDUCACIONAIS
DEED**

INEP MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | **DEED**





**CENSO ESCOLAR
DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2022
RESUMO TÉCNICO**

Brasília-DF
Inep/MEC
2023



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS (DEED)

COORDENAÇÃO-GERAL DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CGCEB)

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE QUALIDADE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO (CGCQTI)

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS, INDICADORES E CONTROLE DE QUALIDADE DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CEICQEB)

EQUIPE TÉCNICA

Carla Rodrigues Costa de Araújo

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Célia Cristina de Souza Gedeon Araújo

Fábio Pereira Bravin

Helena Ariane Borges Corrêa

Julio Cesar de Lima Filgueiras

Laís Raiane Miguel Amaral

Márlei Afonso de Almeida

Raphael Igor da Silva Corrêa Dias

Vitor Passos Camargos

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (CGEP)
Priscila Pereira Santos

DIVISÃO DE PERIÓDICOS (DPE)
Roshni Mariana de Mateus

DIVISÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL (DPR)
Ricardo César Blezer

APOIO EDITORIAL
Janaína da Costa Santos

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO
Marcos Hartwich/Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL
Raphael Caron Freitas

Revisão Linguística sob responsabilidade da Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico*. Brasília, 2023.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI LISTAS INTERATIVAS

PARA RETORNAR ÀS LISTAS, CLIQUE NA FIGURA, GRÁFICO, QUADRO OU TABELA

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	TAXA DE APROVAÇÃO, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020 E 2021	18
FIGURA 2	PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NOS ANOS FINAIS, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022	45
FIGURA 3	PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NO ENSINO MÉDIO, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022	48
FIGURA 4	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE (ATÉ 50 MATRÍCULAS), POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022	51
FIGURA 5	PERCENTUAL DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À INTERNET, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022	52
FIGURA 6	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022	57
FIGURA 7	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022	61
FIGURA 8	PERCENTUAL DE ESCOLAS MUNICIPAIS QUE REALIZARAM AULAS AO VIVO (SÍNCRONAS) MEDIADAS PELA INTERNET E COM POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO DIRETA ENTRE ALUNOS E O PROFESSOR, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020 E 2021.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2018-2022	15
GRÁFICO 2	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022	15
GRÁFICO 3	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2022.....	16
GRÁFICO 4	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2022	17
GRÁFICO 5	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR COR/RAÇA, SEGUNDO AS ETAPAS DE ENSINO – BRASIL – 2022	19
GRÁFICO 6	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2018-2022.....	20
GRÁFICO 7	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2018-2022.....	20
GRÁFICO 8	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2022.....	21
GRÁFICO 9	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA – BRASIL – 2018 - 2022	22
GRÁFICO 10	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2018-2022.....	23
GRÁFICO 11	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2018-2022.....	23
GRÁFICO 12	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2018-2022.....	24
GRÁFICO 13	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2022.....	25
GRÁFICO 14	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2022.....	25
GRÁFICO 15	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PRIVADA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2022.....	26
GRÁFICO 16	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO REDE DE ENSINO - BRASIL – 2018 - 2022	27
GRÁFICO 17	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (TOTAL, INTEGRADO E NÃO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) – BRASIL – 2018 - 2022	28



GRÁFICO 18	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2018-2022	28
GRÁFICO 19	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2022.....	29
GRÁFICO 20	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2022	30
GRÁFICO 21	PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO - BRASIL – 2018 - 2022	30
GRÁFICO 22	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – 2018-2022	31
GRÁFICO 23	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2022.....	32
GRÁFICO 24	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022.....	32
GRÁFICO 25	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2022.....	33
GRÁFICO 26	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2018-2022.....	34
GRÁFICO 27	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2022.....	34
GRÁFICO 28	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022	35
GRÁFICO 29	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2022	36
GRÁFICO 30	NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2018-2022	37
GRÁFICO 31	PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2018-2022.....	37
GRÁFICO 32	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAM CLASSES COMUNS (COM E SEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) OU CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS – BRASIL – 2018-2022	38
GRÁFICO 33	NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS E EM CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022	39
GRÁFICO 34	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES, POR ETAPA DE ENSINO - BRASIL 2018-2022.....	40



GRÁFICO 35	NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022	40
GRÁFICO 36	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2018-2022.....	41
GRÁFICO 37	NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022.....	42
GRÁFICO 38	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2018-2022	42
GRÁFICO 39	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2022	43
GRÁFICO 40	NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022.....	43
GRÁFICO 41	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2018-2022	44
GRÁFICO 42	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2022	44
GRÁFICO 43	NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022	46
GRÁFICO 44	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2018-2022	46
GRÁFICO 45	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2022.....	47
GRÁFICO 46	PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU (INDICADOR 16A - RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2018-2022	49
GRÁFICO 47	PERCENTUAL DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA (INDICADOR 16B - RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2018-2022	49
GRÁFICO 48	PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022	50
GRÁFICO 49	NÚMERO DE ESCOLAS, POR OFERTA DE ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2022.....	51
GRÁFICO 50	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2018-2022	53
GRÁFICO 51	RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E À INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2022.....	54
GRÁFICO 52	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) – BRASIL – 2018-2022.....	55
GRÁFICO 53	NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022.....	55
GRÁFICO 54	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022	56



GRÁFICO 55	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2022	58
GRÁFICO 56	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR REDE (PÚBLICA OU PRIVADA) – BRASIL – 2018-2022	58
GRÁFICO 57	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022	59
GRÁFICO 58	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2022	59
GRÁFICO 59	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2022.....	60
GRÁFICO 60	PERCENTUAL DE DIAS LETIVOS POR MEDIAÇÃO, REDE DE ENSINO E ETAPAS – BRASIL – 2021	63
GRÁFICO 61	PERCENTUAL DE ESCOLAS (EDUCAÇÃO BÁSICA) SEGUNDO ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO DE ENSINO ADOTADA, POR REDE DE ENSINO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, DURANTE O ANO LETIVO - BRASIL – 2021	64
GRÁFICO 62	PERCENTUAL DE ESCOLAS (EDUCAÇÃO BÁSICA) SEGUNDO ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO DE ENSINO ADOTADA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, DURANTE O ANO LETIVO – BRASIL – 2021.....	65
GRÁFICO 63	PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS ESCOLAS/ SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO JUNTO AOS PROFESSORES NO ANO LETIVO, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2021	66
GRÁFICO 64	PERCENTUAL DE ESCOLAS POR ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E APOIO TECNOLÓGICO DISPONIBILIZADOS AOS ALUNOS NO ANO LETIVO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2021	67
GRÁFICO 65	ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS ADOTADAS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM OS ALUNOS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL - 2021.....	67
GRÁFICO 66	PLATAFORMAS/FERRAMENTAS DIGITAIS UTILIZADAS PELAS ESCOLAS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS VIA INTERNET, SEGUNDO AS ETAPAS DE ENSINO – BRASIL – 2021	69
GRÁFICO 67	NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO O SEXO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022	70
GRÁFICO 68	PERCENTUAL DE DIRETORES SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO/REGIME DE CONTRATAÇÃO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - REDE PÚBLICA – BRASIL – 2022	70
GRÁFICO 69	PERCENTUAL DE DIRETORES, POR FORMA DE ACESSO AO CARGO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022	71



SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO

PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

APRESENTAÇÃO.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
.....	
1 RESULTADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2022	14
1.1 MATRÍCULA	14
1.1.1 VISÃO GERAL	14
1.1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	19
1.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL.....	22
1.1.4 ENSINO MÉDIO	27
1.1.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	31
1.1.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	33
1.1.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL	36
1.2 DOCENTES	39
1.2.1 VISÃO GERAL	39
1.2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	40
1.2.3 ENSINO FUNDAMENTAL.....	41

1.2.4	ENSINO MÉDIO	45
1.2.5	PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	48
1.3	ESCOLAS	49
1.3.1	VISÃO GERAL	50
1.3.2	EDUCAÇÃO INFANTIL	52
1.3.3	ENSINO FUNDAMENTAL.....	54
1.3.4	ENSINO MÉDIO	58
1.3.5	PESQUISA RESPOSTA EDUCACIONAL À PANDEMIA DE COVID-19 NO ANO DE 2021	61
1.4	GESTORES.....	69
1.4.1	VISÃO GERAL	69
.....		
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
	GLOSSÁRIO	75



APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem a satisfação de disponibilizar para a sociedade o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2022. Essa publicação compõe o conjunto de instrumentos de divulgação dos resultados da pesquisa e, assim como os outros, foi elaborada para cumprir a finalidade institucional de promover a disseminação das estatísticas, dos indicadores e dos resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação (Brasil, 2022a, anexo I, art. 1º, inc. VIII).

A elaboração deste resumo considerou os princípios da imparcialidade, da objetividade, da acessibilidade e da transparência, constantes nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UN, 2014) e incorporados como princípios fundamentais e de boas práticas, orientadores da produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep (Brasil, 2017a). Efetivam-se também os princípios constitucionais da administração pública, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência (Brasil, 1988, art.37).

Em função da pandemia de covid-19 e da consequente suspensão das atividades presenciais em parte das escolas do País durante os anos de 2020 e 2021, as informações do Censo Escolar de 2022 ainda devem refletir os impactos da pandemia e das alterações nas atividades escolares, incluindo as condições de oferta e atendimento da educação básica em suas etapas e modalidades de ensino, bem como nas informações sobre docentes, gestores e escolas.

O presente Resumo Técnico foi pensado para ser um documento de referência geral e consulta para gestores dos sistemas de ensino; técnicos dos órgãos de gestão da política educacional no âmbito federal, estadual e municipal; estudantes e acadêmicos de graduação e pós-graduação; pesquisadores e demais interessados. Contudo, por sua divulgação e organização sistemáticas, também tem o potencial de orientar análises mais detalhadas sobre temas específicos relacionados ao sistema educacional brasileiro, que poderão ser desenvolvidas a partir dos outros produtos de divulgação, entre eles, as planilhas dos indicadores educacionais derivados da pesquisa, a Sinopse Estatística da Educação Básica e os microdados.

Os dados exibem um panorama da educação básica no País, com algumas estatísticas apresentadas em série histórica, possibilitando traçar tendências da área. Este volume está organizado em seções que revelam o quantitativo e as características gerais das principais estatísticas (matrículas, docentes, gestores e escolas)

distribuídas para as diferentes etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental - anos iniciais e finais, ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos).

Em 2022, o Inep realizou a segunda edição da pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, que captou os impactos da pandemia no sistema educacional do País no ano de 2021. O levantamento foi aplicado por meio de questionário suplementar, entre fevereiro e maio de 2022, durante a coleta da Situação do Aluno, segunda etapa do Censo Escolar 2021 que tem a função de apurar informações relativas ao movimento e ao rendimento dos estudantes ao término do ano letivo. Uma subseção foi inserida no capítulo sobre escolas com destaques desse levantamento: visão geral sobre as escolas respondentes; estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem; ajustes no calendário escolar; e o retorno às atividades presenciais em âmbito nacional no ano de 2021. Ressalta-se que os resultados gerais dessa pesquisa já foram publicados no portal do Inep em formato de sinopse estatística em 2022 (Brasil, 2022b).

Cabe-nos, neste momento, agradecer a todos que, direta ou indiretamente, participaram da pesquisa, pois realizar tarefa tão grande quanto às dimensões continentais do Brasil e tão desafiadora quanto à diversidade e às desigualdades expressas nesse mesmo território, em tão justo prazo, não seria possível sem a efetivação de um processo coordenado de participação e cooperação que firma e materializa o pacto federativo nacional, no qual os entes federados autônomos (União, estados e municípios), além das escolas (públicas e privadas), atuam de forma colaborativa para que o País conheça em números, por meio das estatísticas oficiais, o tamanho do esforço e da dedicação empreendidos para se garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros e os desafios vivenciados cotidianamente nesse trabalho.

Diretoria de Estatísticas Educacionais

INTRODUÇÃO

O Censo Escolar da Educação Básica é um levantamento estatístico anual coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e realizado em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação, escolas públicas e privadas de todo o País. A pesquisa permite a produção e avaliação de estatísticas das condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro na educação básica, reunindo informações sobre todas as suas etapas e modalidades de ensino e compoendo um quadro detalhado sobre os alunos, as turmas, os profissionais escolares em sala de aula, os gestores e as escolas. Os dados apurados subsidiam a operacionalização de políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A declaração das informações ao Censo Escolar é obrigatória para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica no País e deve ser feita com base nos documentos administrativos das escolas e redes de ensino, tendo por parâmetro a situação observada na data de referência da pesquisa, definida como a última quarta-feira do mês de maio de 2022 (Portaria Inep nº 89/2022). A coleta de dados é realizada por meio do Educacenso, um sistema eletrônico que possibilita que os formulários da pesquisa sejam preenchidos diretamente por seus usuários (informantes) ou mediante processo de migração de dados de forma automática, por meio dos sistemas próprios de gestão das escolas e redes de ensino. Portanto, trata-se de um levantamento estatístico com base na coleta indireta de informações documentais por meio de um questionário eletrônico.

Anualmente, o Inep, no seu esforço de coordenação, desenvolve um conjunto de atividades de preparação da pesquisa, treinamento dos diferentes atores participantes da operação estatística, desenvolvimento de ferramentas e material de referência, verificação e tratamento de dados e divulgação dos resultados para que os prazos estabelecidos na legislação em vigor e os requisitos dos processos de qualidade sejam cumpridos.

A partir da data de referência, os diferentes atores nas secretarias de educação municipais e estaduais e os informantes nas escolas se mobilizam para prestarem as informações requeridas, com atenção às ações solicitadas nas diferentes fases da pesquisa. Durante a coleta, os dados são acompanhados pela equipe técnica do Inep e passam por processos de consistência e validação. No fim do período oficial de coleta, consolidam-se as informações preliminares que passam por etapas de verificação, validação e retificação pelos informantes e gestores das escolas e redes de ensino. Por fim, os dados são tratados pela equipe do Inep e sistematizados para a publicação oficial dos resultados e a comunicação com os diferentes perfis de usuários da informação estatística, ainda dentro do mesmo ano de referência.

Em 2022, contamos com a colaboração ativa das equipes coordenadoras do Censo nas 27 secretarias estaduais de educação no gerenciamento do processo nos respectivos territórios. Cerca de 197 mil usuários acessaram o sistema eletrônico de coleta. Mais de 219 mil estabelecimentos de ensino de educação básica participaram da pesquisa, entre os quais 178,3 mil eram escolas ativas, que informaram aproximadamente 47,4 milhões de matrículas de escolarização, distribuídas em cerca de 2,2 milhões de turmas e 2,3 milhões de docentes em sala de aula.

Uma novidade do presente documento é o retorno das informações sobre o indicador de tempo integral, suprimidas nos resumos dos anos de enfrentamento à pandemia, uma vez que a suspensão das atividades escolares impedia a adequada interpretação do indicador. Ainda no contexto da avaliação do tempo integral, em 2022, por conta dos ajustes na organização curricular do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), o Censo Escolar, que já coletava outras informações que permitiam a avaliação adequada do tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares (com registros sobre as turmas de escolarização, de atividade complementar e de atendimento educacional especializado) passou a permitir o registro de turmas relacionadas ao itinerário formativo dos alunos. Essa mudança exigiu o ajuste no cálculo dos indicadores que consideram tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares (a avaliação do tempo integral e da média de horas-aula diária).

Deste modo, o cálculo do tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares passa a considerar, para além da carga horária das turmas de escolarização e de atividade complementar, a carga horária das novas turmas de itinerário formativo, assim como, a carga horária das turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A inclusão do tempo de AEE está alinhada com a metodologia de cálculo do indicador da Meta 6 do relatório de monitoramento do Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2014a), estando também, em consonância com as estratégias de ampliação da oferta da educação em tempo integral: 1) a promoção/fomento de atividades complementares e; 2) a ampliação da carga horária dos alunos com deficiência, assegurando o atendimento educacional especializado complementar e suplementar. Além disso, o indicador de tempo integral, que anteriormente media a carga horária média diária do aluno, avaliando se a mesma era igual ou superior a 7 horas (420 minutos), passará a mensurar a carga horária total semanal¹, verificando se essa é igual ou superior a 35 horas (2100 minutos). Tal ajuste, visa facilitar o entendimento conceitual da medida de carga horária, principalmente no contexto do ensino médio.

Os resultados do levantamento estatístico censitário das escolas de educação básica do ano de 2022 são apresentados neste documento em forma de sumário executivo nacional, consolidando a entrega à sociedade dos produtos de divulgação dos resultados desta edição da pesquisa. Sem a pretensão de exaurir as possibilidades de análise, esperamos que a leitura desvele linhas de investigação que poderão ser aprofundadas a partir de outros produtos mais amplos, os quais possibilitam análises pormenorizadas e em trajetória sobre características mais específicas do sistema de ensino, considerando diferentes níveis e agregações territoriais, até o nível da escola.

¹ A carga horária total semanal de um aluno é obtida pela soma das cargas horárias semanais da turma de formação geral básica (turma de escolarização da creche ao ensino médio), das turmas exclusivas de atividade complementar (quando existentes), das turmas de atendimento educacional especializado (quando existentes) e das turmas exclusivas de itinerário formativo (quando existentes para os alunos de ensino médio), sempre multiplicando, em cada turma, o tempo diário (em minutos) pelo número de dias da semana para obtenção da carga horária semanal.

1 RESULTADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2022

Os dados desta publicação estão divididos em matrículas, docentes, escolas e gestores. Em todas as subseções, são apresentadas informações que tangem às diferenças entre as redes de ensino e as escolas urbanas e rurais, além daquelas relativas a alunos incluídos, formação dos docentes e outros indicadores educacionais.

1.1 MATRÍCULA

Nesta subseção, são destacadas as informações de matrículas da educação básica. Apresentam-se, primeiramente, uma visão geral das matrículas no Brasil com dados de 2018 a 2022 e, em seguida, os resultados por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial.

1.1.1 VISÃO GERAL

HISTÓRICO

No ano de 2022, registraram-se 47,4 milhões de matrículas nas 178,3 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 714 mil matrículas a mais em comparação com o ano de 2021, o que corresponde a um aumento de 1,5% no total (Gráfico 1). Essa elevação é reflexo da expansão de 10,6% observada no último ano na matrícula da rede privada, que passou de 8,1 milhões em 2021 para 9 milhões em 2022, chegando próximo ao nível observado em 2019, antes da pandemia.

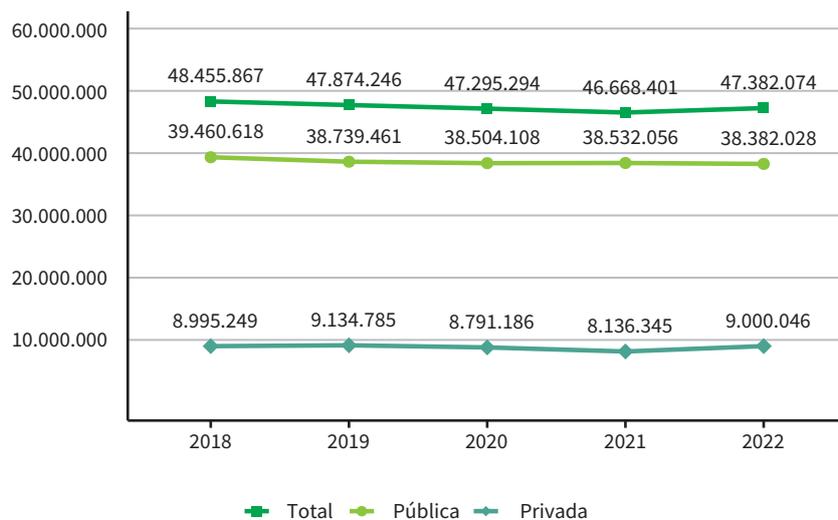


GRÁFICO 1

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Ao avaliar a distribuição das matrículas por dependência administrativa, percebe-se maior dominância da rede municipal, que detém 49,0% das matrículas na educação básica, 0,6 ponto percentual (p.p.) a menos do que em 2021. A rede estadual, responsável por 31,2% das matrículas da educação básica em 2022, é a segunda maior. A rede privada conta com 19,0% e a federal tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas. A rede privada apresentou um crescimento de 1,6 p.p. em 2022 (Gráfico 2).

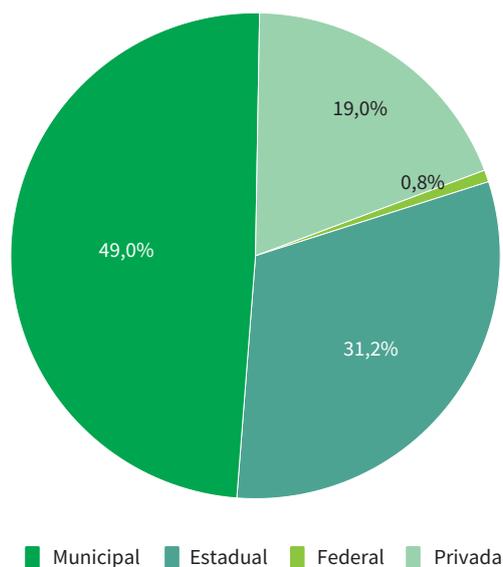


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As matrículas da educação básica são encontradas majoritariamente na área urbana (88,7%). Na rede privada, 99,0% das matrículas estão em escolas urbanas. Em relação à rede pública, a municipal é a que apresenta a maior proporção de matrículas em escolas rurais (18,9%), seguida da federal, com 12,9% (Gráfico 3).

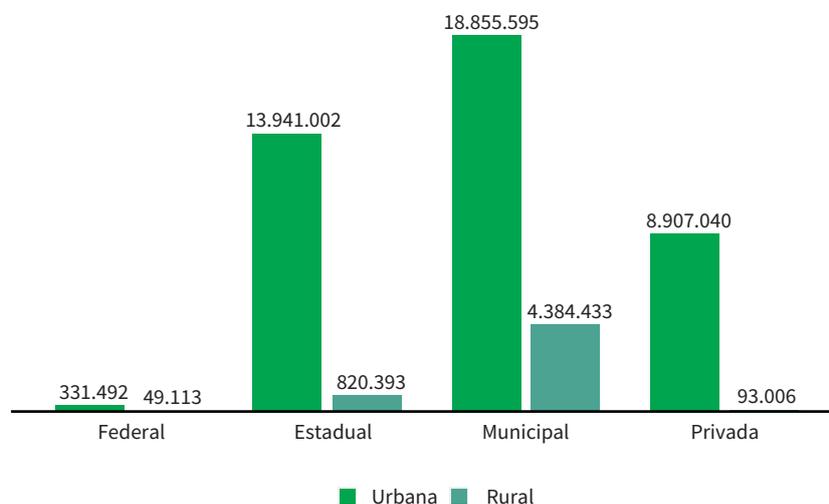


GRÁFICO 3

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Quando avaliado o percentual de matrículas com distorção idade-série² em classes comuns (não exclusivas de alunos com deficiência), nota-se uma elevação a partir do 2º ano do ensino fundamental até a 1ª série do ensino médio. A distorção idade-série alcança 18,5% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 22,2% das matrículas do ensino médio. Além disso, a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino. A maior diferença entre os sexos é observada no 8º ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série é de 23,8% para o sexo masculino e de 15,2% para o feminino (Gráfico 4).

² São descritos em situação de distorção idade-série todos os alunos que possuem idade superior à recomendada para a série frequentada - a idade de 6 anos é considerada ideal/recomendada para ingresso no 1º ano do ensino fundamental.

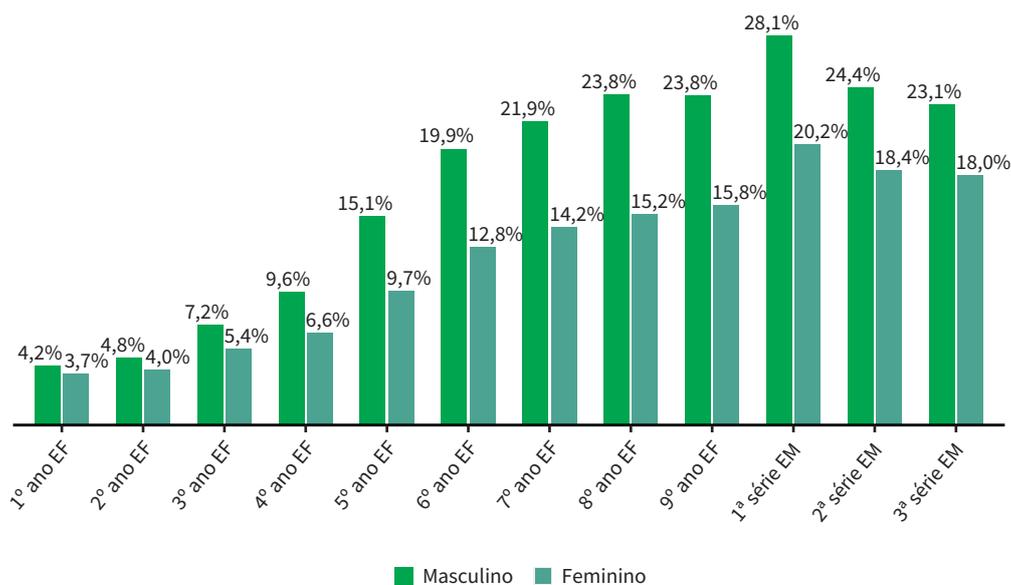


GRÁFICO 4

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As taxas de rendimento - aprovação, reprovação e abandono - impactam o atraso escolar, mensurado aqui pela taxa de distorção idade-série e, obviamente, o tempo que os alunos permanecem na educação básica. A Figura 1 apresenta à esquerda a distribuição territorial da proporção de aprovados no ano letivo de 2020 em três mapas com dados dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. À direita da Figura 1, observam-se os dados da taxa de aprovação do Censo Escolar 2021 para as mesmas três etapas de ensino - na legenda, as categorias das proporções são as mesmas para todos os gráficos visando facilitar a comparação entre anos e etapas de ensino.

A Figura 1 permite verificar visualmente uma redução na taxa de aprovados para todas as etapas de ensino entre 2020 e 2021. Destaca-se, no entanto, que as taxas de aprovação tiveram uma grande elevação entre 2019 e 2020 por conta de ajustes realizados pelas escolas perante a pandemia e que, apesar da redução observada em 2021, as taxas de aprovação ainda seguem em patamar superior ao observado em 2019 - a queda em 2021 está relacionada ao arrefecimento da pandemia de covid-19. Nos anos de 2020 e 2021, a maioria das escolas adotou uma série de ajustes no planejamento curricular, alinhados às recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O principal ajuste foi a adoção de um continuum curricular, conforme sugerido em resolução do CNE (Resolução CNE/CP nº 2/2020), para os anos 2020-2021, que envolveu o replanejamento do currículo e do calendário escolar de forma a assegurar a inclusão de eventuais objetivos não cumpridos em 2020 no ano letivo de 2021.

A resolução também sugeriu que avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 levassem em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, com revisão dos critérios adotados nos processos de avaliação com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar, que acabariam impondo uma nova penalidade aos estudantes para além da própria pandemia. O documento apresenta ainda diversas recomendações que visavam orientar as redes de ensino no enfrentamento das dificuldades, de modo a reduzir os impactos da suspensão das atividades presenciais ocasionada pela crise sanitária global.

Em agosto de 2021, complementarmente, o CNE instituiu por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2021 as diretrizes nacionais orientadoras para a implementação do retorno às atividades presenciais de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Esse documento afirma que o reordenamento curricular deve possibilitar a reprogramação dos calendários escolares de 2021 e 2022, cumprindo de modo contínuo os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de cada fase, etapa, ano/série, nível e modalidade.

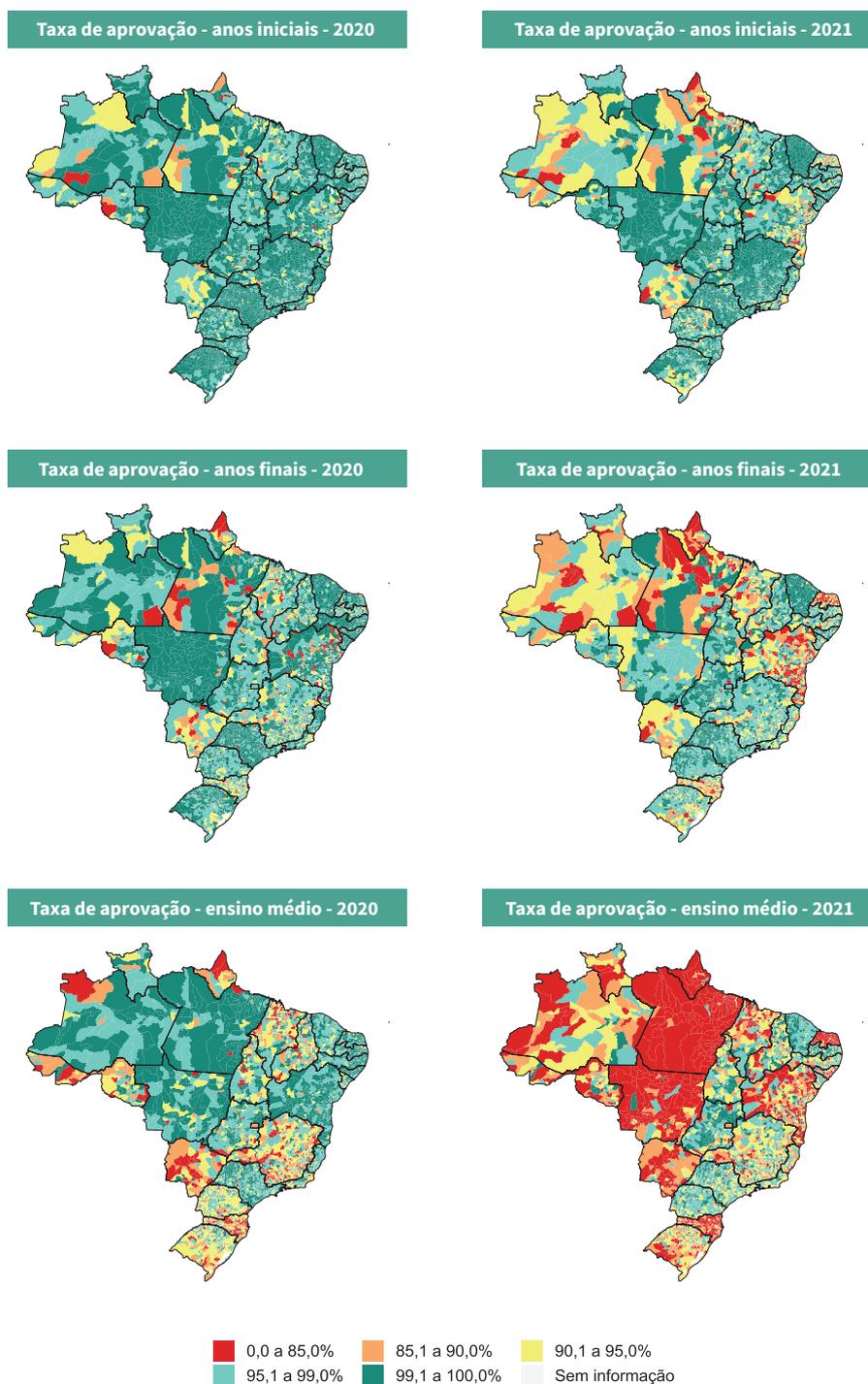


FIGURA 1

TAXA DE APROVAÇÃO, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020 E 2021

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

COR/RAÇA

Em 2022, a única etapa em que se verifica uma maior proporção da cor/raça branca foi a creche (51,0%). Constata-se que a mudança no perfil dos alunos se inicia na pré-escola, mas se consolida no ensino fundamental – uma etapa que possui acesso praticamente universalizado –, indicando acesso desigual por cor/raça na educação infantil. Observa-se o maior percentual de pretos e pardos na educação de jovens e adultos (EJA), em que representam 74,2% dos alunos. A ausência da informação de cor/raça em nível nacional é de 27,5% considerando todas as etapas da educação básica (Gráfico 5).

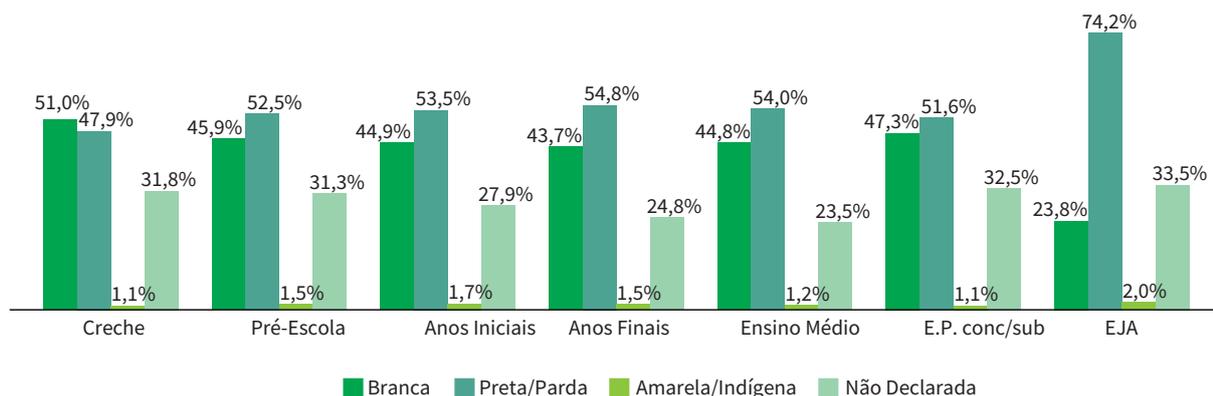


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR COR/RAÇA, SEGUNDO AS ETAPAS DE ENSINO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

HISTÓRICO

Percebe-se no Gráfico 6, que apesar da queda de 5,8% das matrículas na educação infantil entre os anos de 2020 e 2021, houve uma retomada em 2022, com crescimento de 8,5% em relação ao ano anterior. Esse crescimento ocorreu principalmente devido à rede privada, que teve aumento de 25,3% no último ano (altas de 29,9% na creche e de 20,0% na pré-escola), enquanto a rede pública apresentou aumento de 3,5% (altas de 8,9% na creche e de 0,3% na pré-escola).

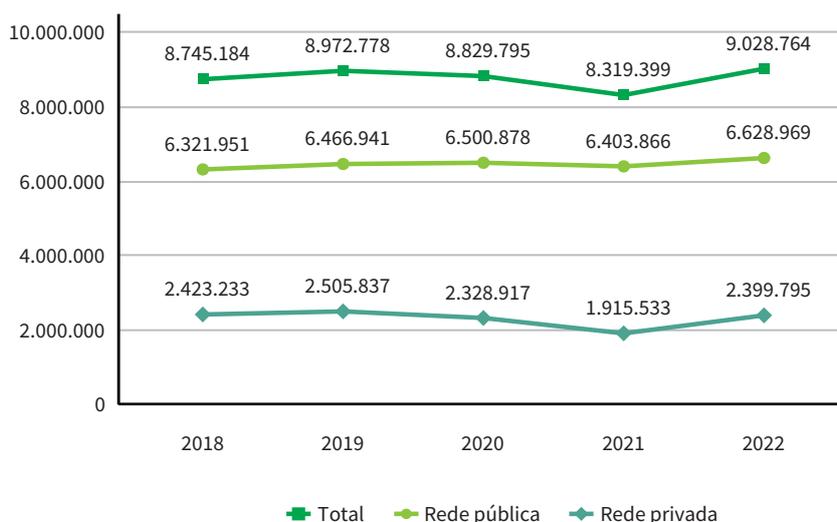


GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A REDE DE ENSINO - BRASIL - 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As redes municipal e privada apresentam a maior participação na educação infantil, com 72,8% e 26,6% das matrículas, respectivamente. Das matrículas da rede privada, 34,9% estão em instituições conveniadas com o poder público. A participação da rede privada subiu de 23,1% para 26,6% entre 2021 e 2022 (Gráfico 7).

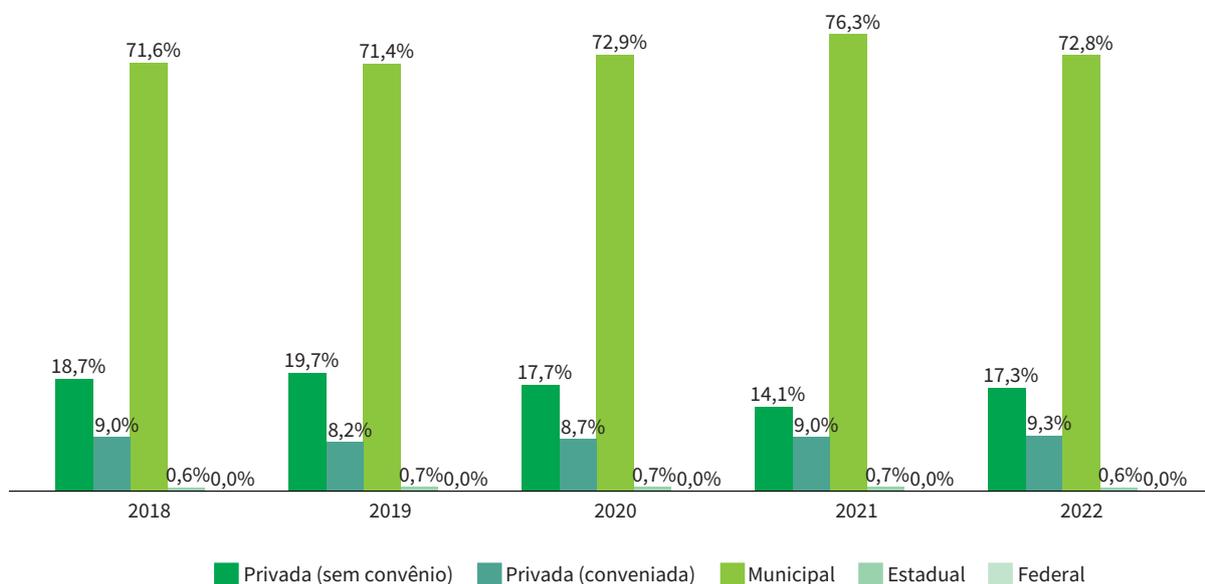


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) - BRASIL - 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Em relação à localização, observa-se que 11,0% das matrículas da educação infantil estão em escolas da zona rural. Percebe-se também que 96,8% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. Enquanto na pré-escola 13,0% das matrículas estão em escolas rurais, esse valor alcança apenas 7,6% das matrículas em creches (Gráfico 8).

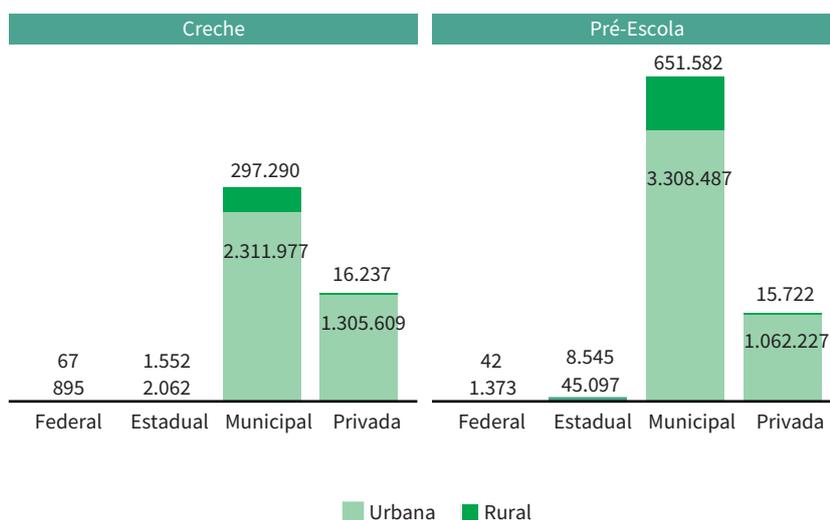


GRÁFICO 8

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

O percentual de matrículas em tempo integral na creche foi de 57%, apresentando uma redução de 2,2 p.p. em relação a 2021. Já na pré-escola, o percentual se elevou gradativamente de 2018 a 2022, passando de 11,3%, para 12,8% (Gráfico 9).

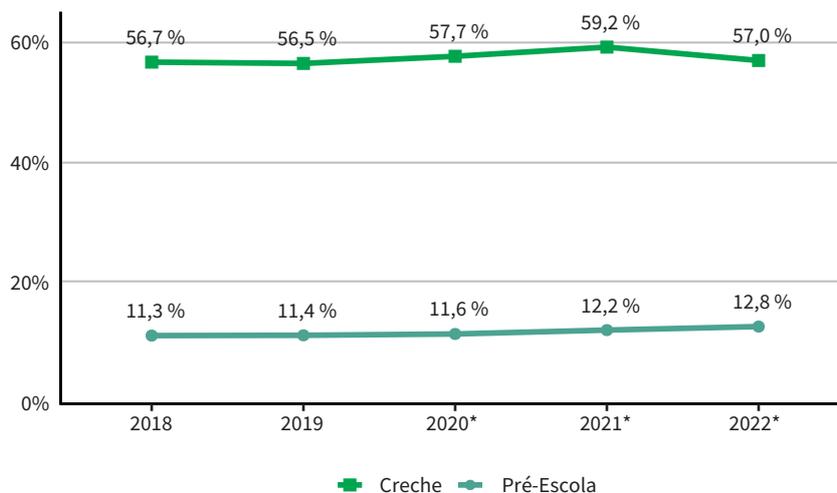


GRÁFICO 9

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA - BRASIL - 2018 - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2022 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia.

**Como citado na introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

1.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL

HISTÓRICO

Em 2022, foram registradas 26,5 milhões de matrículas no ensino fundamental. Esse valor é 2,7% menor do que o registrado para o ano de 2018. Enquanto as matrículas dos anos finais do ensino fundamental permaneceram praticamente estáveis nos últimos cinco anos (queda de 0,9%), nos anos iniciais a queda foi de 4,1% (Gráfico 10).

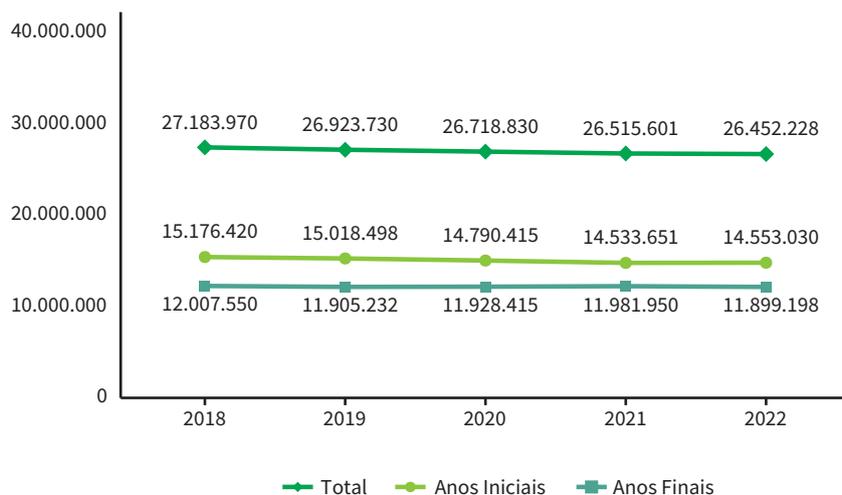


GRÁFICO 10

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a rede municipal apresenta a maior participação, com 69,3% das matrículas, seguida pelas redes privada (18,9%) e estadual (11,7%). O percentual de matrículas da rede municipal teve um leve aumento (1,5 p.p.) entre 2018 e 2022. Enquanto isso, observou-se uma redução de 1,7 p.p. nas matrículas da rede estadual. A participação da rede privada se manteve estável, variando de 18,8% para 18,9% 2018 e 2022 (Gráfico 11).

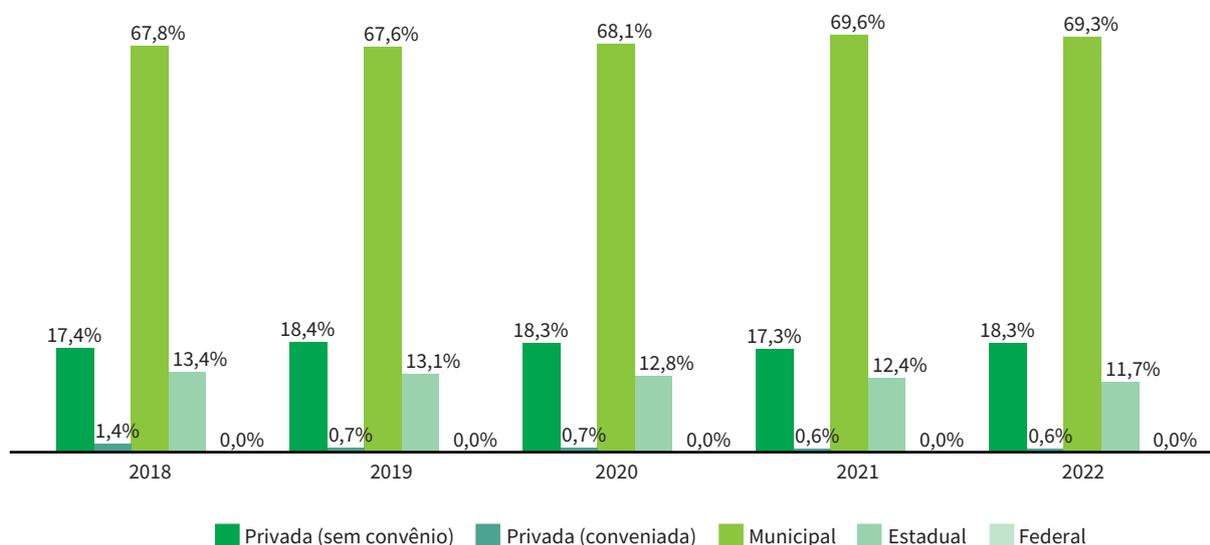


GRÁFICO 11

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, a rede municipal representa 44,4% das matrículas, seguida pelas redes estadual (39,9%) e privada (15,5%). O percentual de matrículas da rede municipal aumentou 1,6 p.p. entre 2018 e 2022. Enquanto isso, observou-se uma redução de 2,0 p.p. no número de matrículas da rede estadual, que historicamente já foi superior ao da rede municipal. A participação da rede privada conseguiu retomar os percentuais de 2019 e 2020, ficando com 15,5% em 2022 (Gráfico 12).

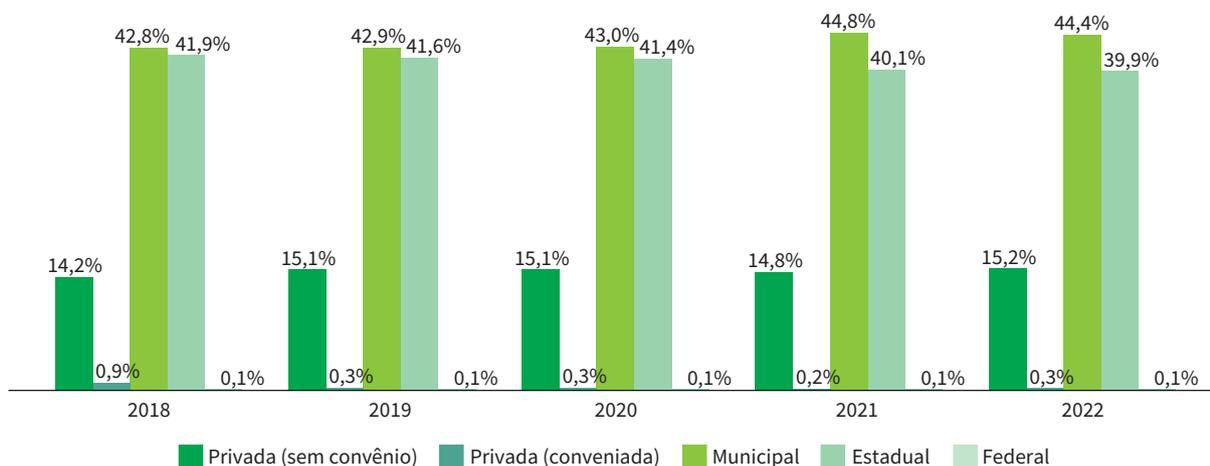


GRÁFICO 12

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Ao avaliar como o número de matrículas do ensino fundamental está distribuído em relação à localização da escola, nota-se que 87,2% estão em escolas urbanas. Além disso, 98,8% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública.

Proporcionalmente, existe um maior número de matrículas na zona rural nos anos iniciais (13,8%) do que nos anos finais (11,6%), conforme demonstra o Gráfico 13.

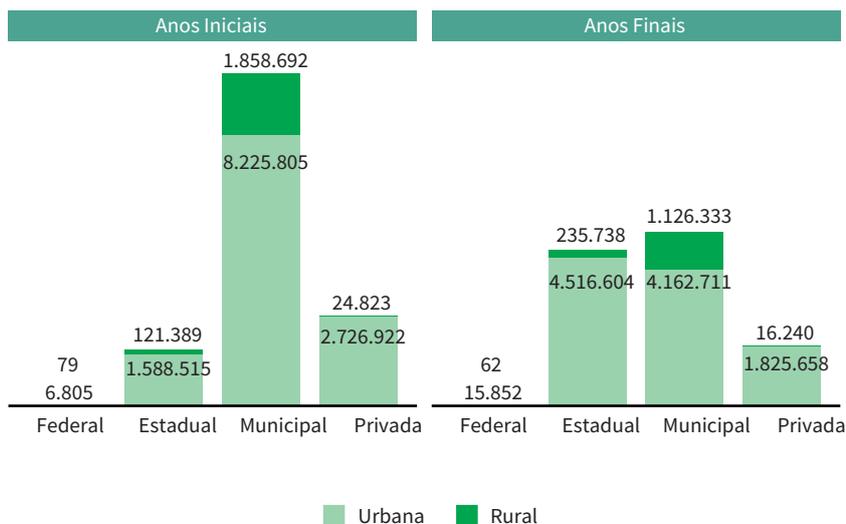


GRÁFICO 13

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série do ensino fundamental da rede pública teve queda no último ano, passando de 15,6% em 2021 para 13,8% em 2022 (nos anos iniciais, passou de 8,5% para 7,7% e, nos anos finais, de 23,8% para 21,0%). No ensino fundamental, as maiores taxas de distorção da rede pública são encontradas para o 7º, o 8º e o 9º anos, com 20,7%, 22,3% e 22,4%, respectivamente. Ainda na rede pública, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção idade-série maiores para todos os anos do ensino fundamental em relação às alunas – a maior discrepância na taxa de distorção é observada no 8º ano, que apresenta uma diferença de 9,5 p.p. (Gráfico 14).

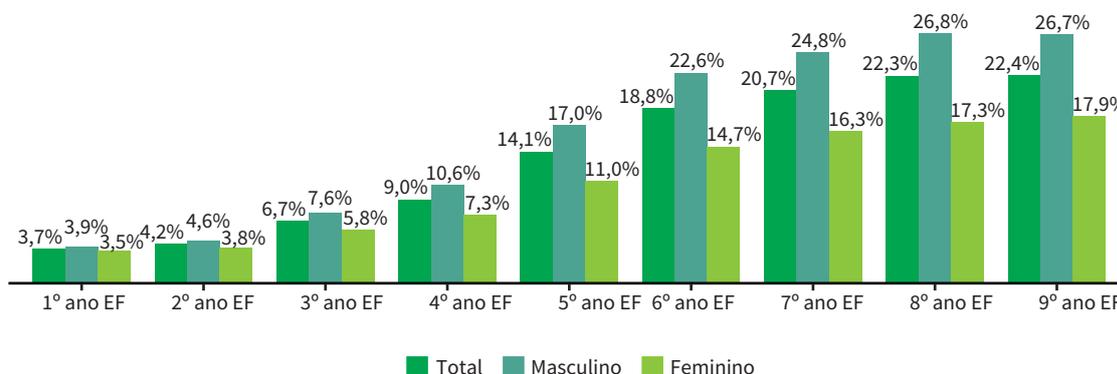


GRÁFICO 14

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O SEXO - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Pelo fato de a rede privada apresentar historicamente bons índices de aprovação a distorção idade-série dela é, de modo geral, inferior e menos variável do que a da rede pública. Diferentemente do observado na rede pública, as maiores taxas de distorção são encontradas para o 1º, 2º e 9º ano, com 4,9%, 5,2% e 5,4%, respectivamente. Da mesma forma, os alunos do sexo masculino matriculados na rede privada apresentam maiores taxas de distorção idade-série para todos os anos do ensino fundamental em comparação com as alunas. A maior discrepância é observada no 9º ano, com diferença de 2,6 p.p. (Gráfico 15).

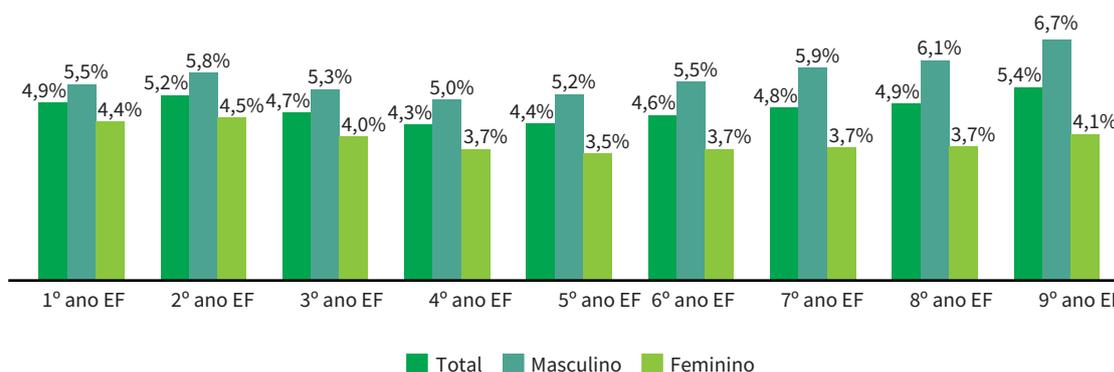


GRÁFICO 15

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PRIVADA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O SEXO - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

Em 2022, 12,5% dos matriculados no ensino fundamental apresentaram tempo de permanência na escola ou em atividades escolares igual ou superior a 35 horas semanais (ou, equivalentemente, igual ou superior à média de 7 horas diárias, considerando cinco dias de atividade na semana), caracterizando-os como alunos de tempo integral. A proporção de matrículas de tempo integral na rede privada foi de 3,1% e de 14,4% na rede pública (Gráfico 16).

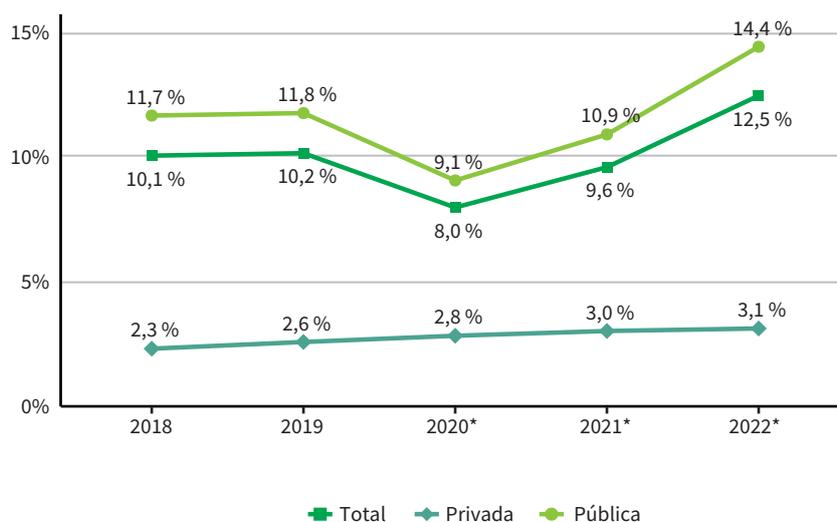


GRÁFICO 16

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO REDE DE ENSINO - BRASIL - 2018 - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2022 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia. **Como citado na introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

1.1.4 ENSINO MÉDIO

HISTÓRICO

Em 2022, foram registradas 7,9 milhões de matrículas no ensino médio. O total de matrículas apresentou uma elevação de 1,2% no último ano. A matrícula integrada à educação profissional cresceu 36% nos últimos cinco anos, passando de 584.564 em 2018 para 794.955 em 2022 (Gráfico 17).

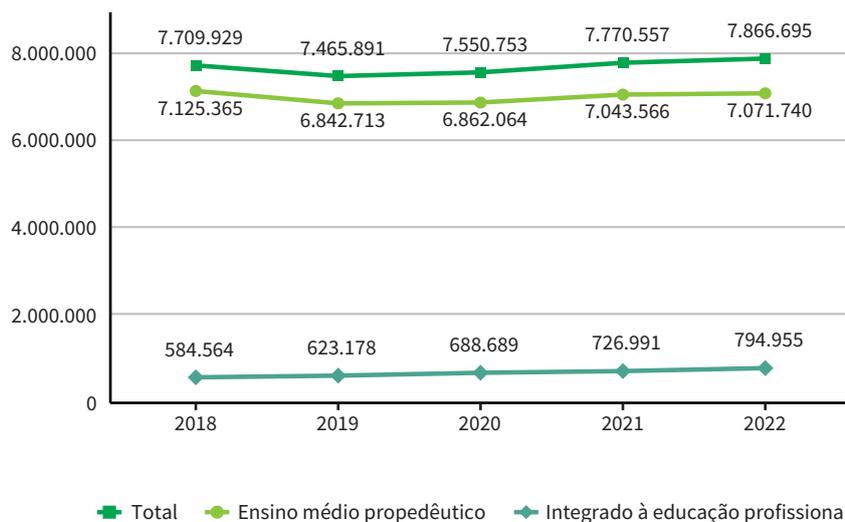


GRÁFICO 17

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (TOTAL, INTEGRADO E NÃO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) – BRASIL – 2018 - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio, com 84,2%, seguida pela rede privada (12,3%). Apesar de ser a etapa de maior expressão da rede federal, sua participação é de apenas 3% das matrículas. Os percentuais de matrículas por rede de ensino se mantiveram relativamente estáveis entre 2018 e 2022 (Gráfico 18).

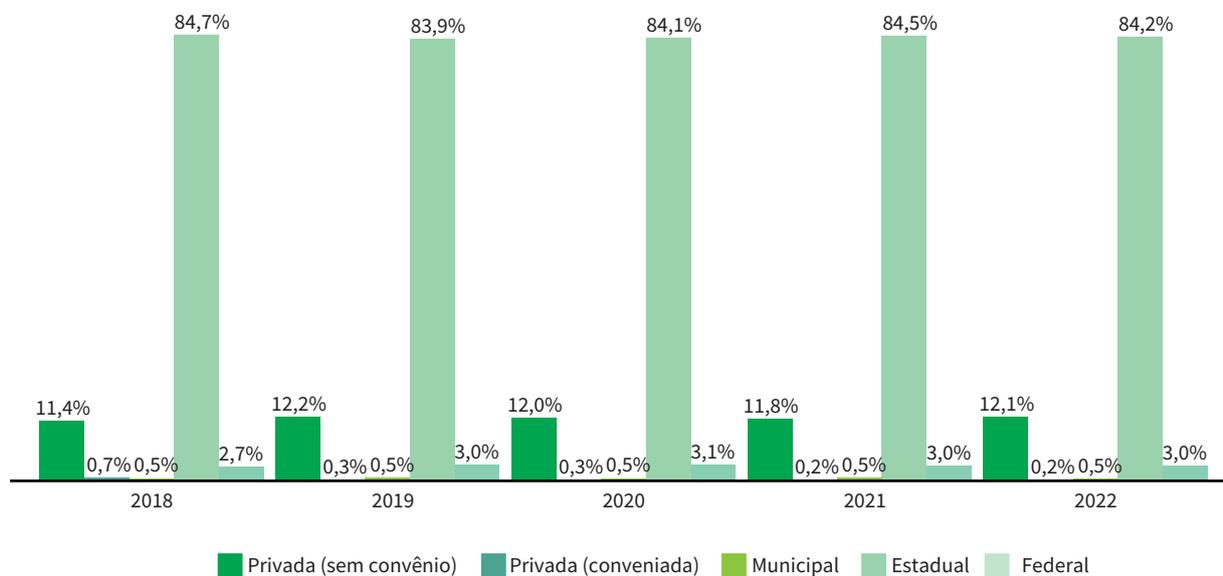


GRÁFICO 18

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

A maioria das matrículas do ensino médio (94,8%) está localizada em escolas urbanas. Além disso, 96,2% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. A rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas localizadas na zona rural (13,7%), conforme mostra o Gráfico 19.

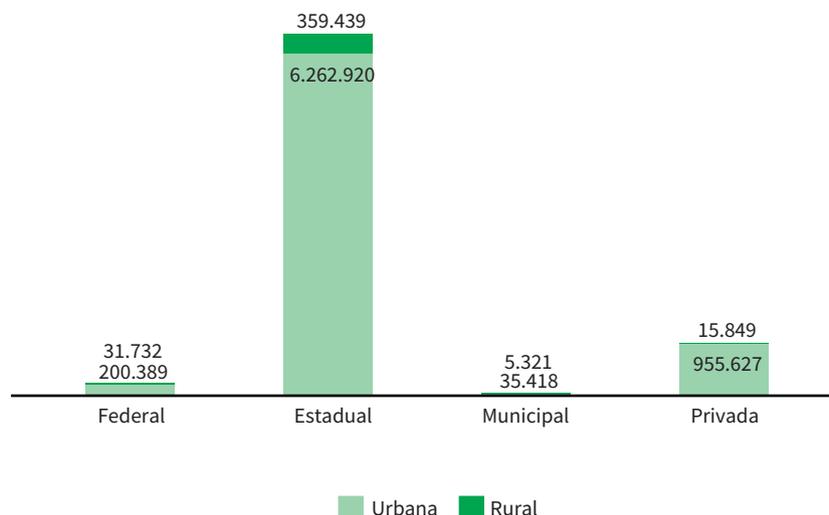


GRÁFICO 19

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Em 2022, a distorção idade-série do ensino médio foi de 22,2%, valor inferior ao verificado em 2021 (25,3%). As taxas de distorção do ensino médio são mais elevadas na rede pública do que na privada. Na rede pública, considerando as três primeiras séries dessa etapa, a maior distorção é observada para a 1ª série, com taxas de 26,5%. O mesmo ocorre na rede privada, com taxa de distorção de 6,9% para a 1ª série. Para ambas as redes, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção maiores para todas as séries do ensino médio. A maior discrepância nessa taxa, entre masculino e feminino, pode ser observada na 1ª série da rede pública, com uma diferença de 8,5 p.p. (Gráfico 20).

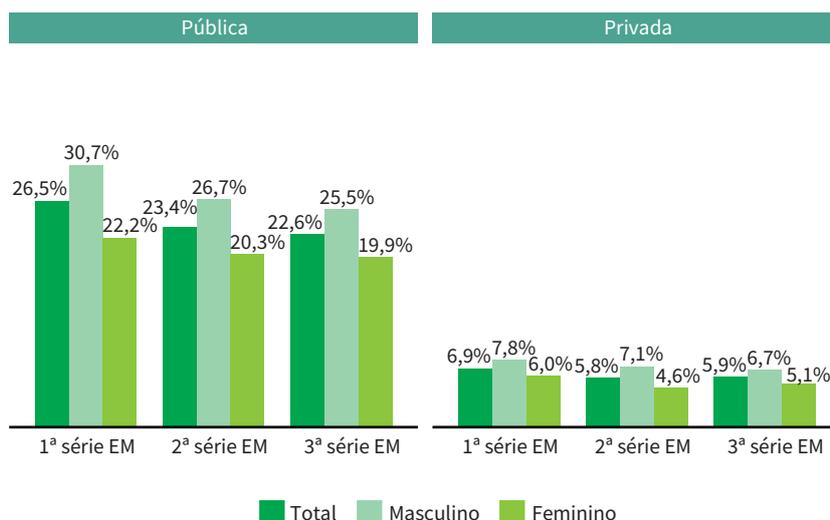


GRÁFICO 20

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

TEMPO INTEGRAL

Em 2022, 19% dos matriculados no ensino médio apresentaram tempo de permanência na escola ou em atividades escolares igual ou superior a 35 horas semanais (ou, equivalentemente, igual ou superior à média de 7 horas diárias, considerando cinco dias de atividade na semana), caracterizando-os como alunos de tempo integral. Em 2018, esse percentual era de 9,9%. A proporção de matrículas de tempo integral é maior na rede pública (20,4%) do que na privada (9,1%). Desde 2018, a proporção de matrículas da rede pública classificadas como de tempo integral aumentou 9,9 p.p (Gráfico 21).

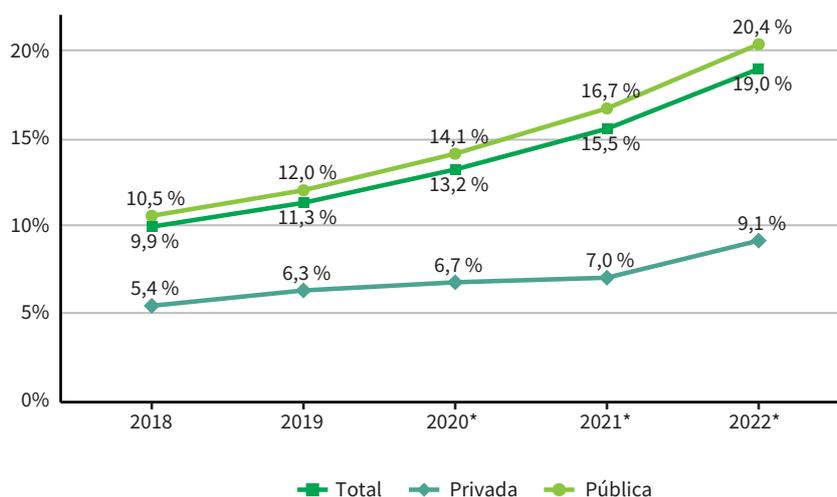


GRÁFICO 21

PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO - BRASIL - 2018 - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Notas: *É importante observar que os dados de tempo integral do período de 2020 a 2022 refletem o planejamento da escola e não podem ser considerados como absolutos, já que a carga horária efetiva foi consideravelmente afetada pela dinâmica de fechamento e reabertura das escolas no período de pandemia e pós-pandemia. **Como citado na introdução, a metodologia de cálculo do tempo integral passou por ajustes.

1.1.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 21,8% entre 2018 e 2022 chegando a 2,8 milhões em 2022. A queda no último ano foi de 6,3%, ocorrendo de forma desigual nas etapas de nível fundamental e de nível médio, que apresentaram redução de 1,9% e 12,5% respectivamente (Gráfico 22).

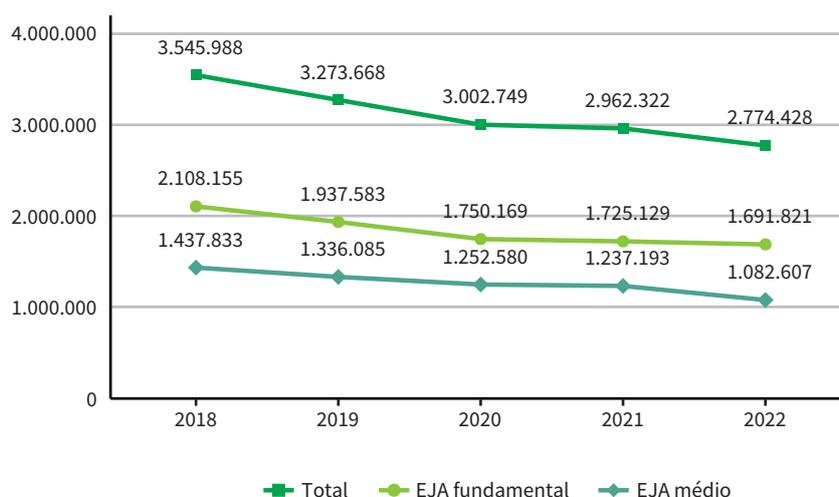


GRÁFICO 22

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - BRASIL - 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Na EJA de nível fundamental, 72,3% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual e pela rede privada, com 23,3% e 4,4% respectivamente. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 86,3% das matrículas, seguida da rede privada e da municipal, com 10,7% e 2,1% respectivamente. A EJA de nível fundamental concentra, proporcionalmente, o maior número de matrículas na zona rural (29,3%), conforme revela o Gráfico 23.

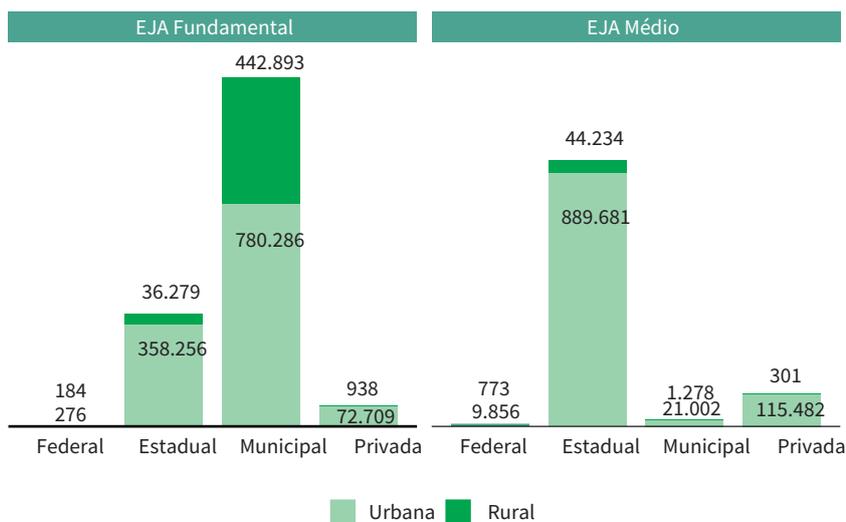


GRÁFICO 23

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

FAIXA ETÁRIA E SEXO

A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 50,3% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, 55,0%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino, 58,9% (Gráfico 24).

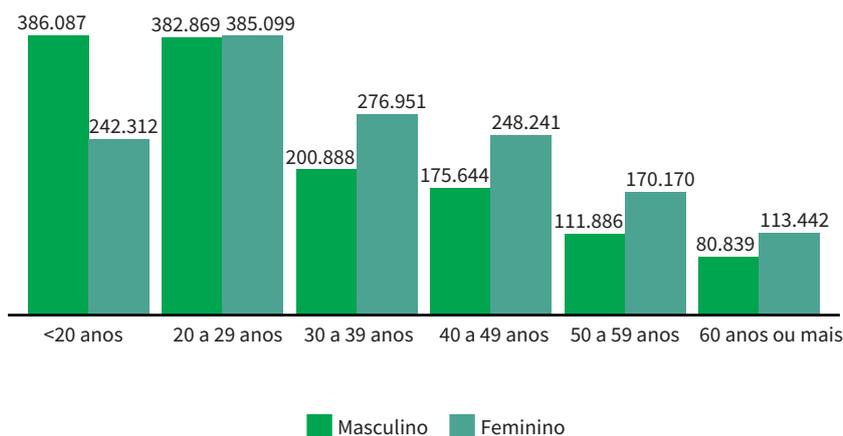


GRÁFICO 24

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

COR/RAÇA

Quanto à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 77,5% da EJA de nível fundamental e 69,3% da EJA de nível médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 20,2% da EJA de nível fundamental e 29,2% da EJA de nível médio (Gráfico 25).

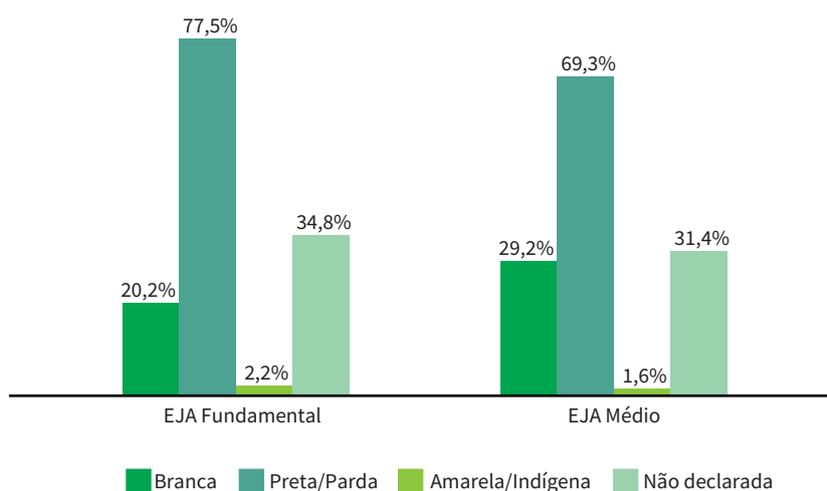


GRÁFICO 25

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A COR/RAÇA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.1.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação profissional aumentou 13,7% em relação ao último ano. Todas as modalidades da educação profissional tiveram aumento no número de matrículas em relação ao último ano, com exceção da EJA ensino médio que teve um discreto declínio; a modalidade com maior incremento relativo foi a dos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (FIC), que apesar do baixo número de matrículas em termos absolutos, cresceu 102,2% no último ano (Gráfico 26).

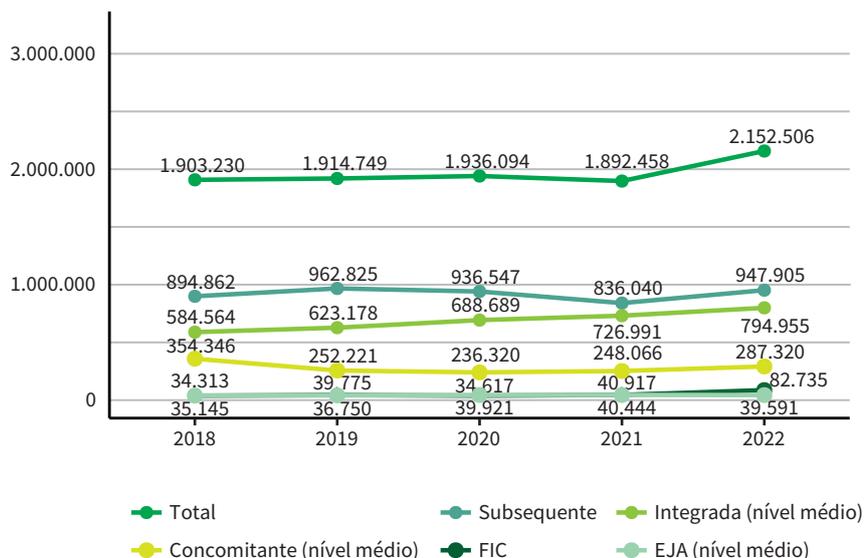


GRÁFICO 26

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

As matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede privada, representando 42,1%, seguida das redes estadual e federal, com 39,7% e 15,5%, respectivamente. De todas as etapas de ensino, a educação profissional é a que detém o maior número de matrículas na rede federal, alcançando 334.545 em 2022. A mesma rede apresenta o maior número de matrículas da educação profissional na zona rural, conforme evidencia o Gráfico 27.

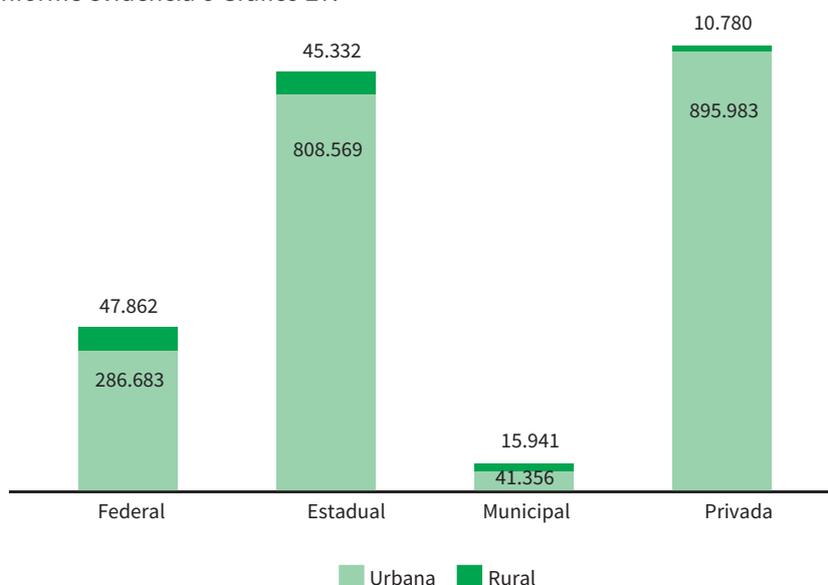


GRÁFICO 27

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

FAIXA ETÁRIA E SEXO

A educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 30 anos, que representam 76,5% das matrículas. Com exceção dos alunos com mais de 60 anos, existe uma predominância de matrículas de mulheres na educação profissional em todas as demais faixas etárias. O maior percentual do sexo feminino está na faixa de 40 a 49 anos, com 62,5% (Gráfico 28).

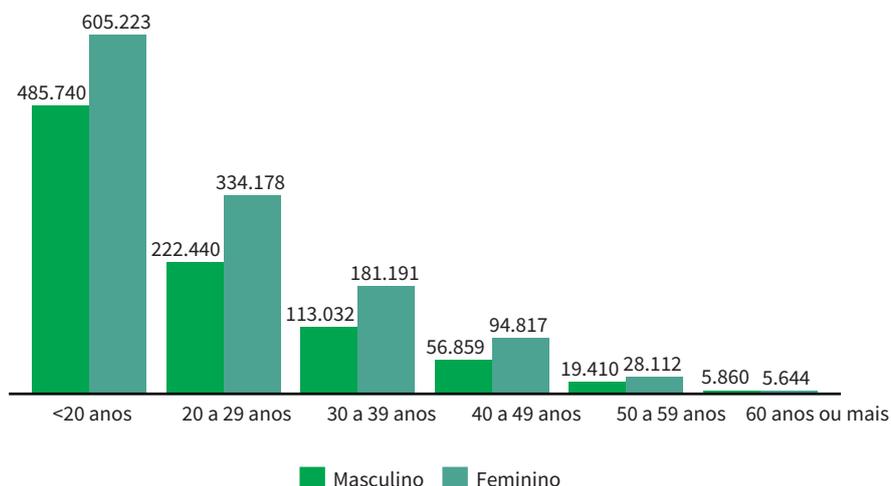


GRÁFICO 28

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

COR/RAÇA

Na educação profissional, de 1,5 milhão de matrículas com cor/raça declaradas, a proporção de brancos e de pretos/pardos é similar à observada nos ensinos fundamental e médio, representando, respectivamente 45,3% e 53,6%. No entanto, quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se uma predominância de pretos/pardos na EJA profissional de nível médio (83,5%) e nos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (FIC), em que eles representam 75,3% das matrículas. Os alunos declarados como amarelos/indígenas configuram apenas 1,1% do total de matrículas (Gráfico 29).

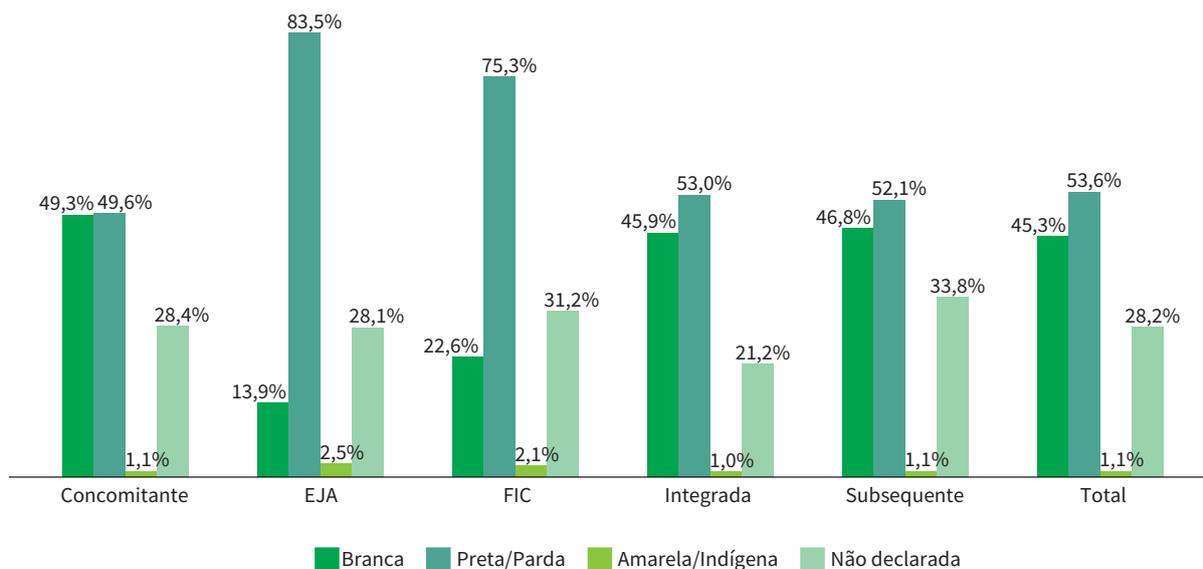


GRÁFICO 29

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.1.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 65,5% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2018 e 2022, percebe-se que as de educação infantil são as que mais cresceram, um acréscimo de 100,8% (Gráfico 30).

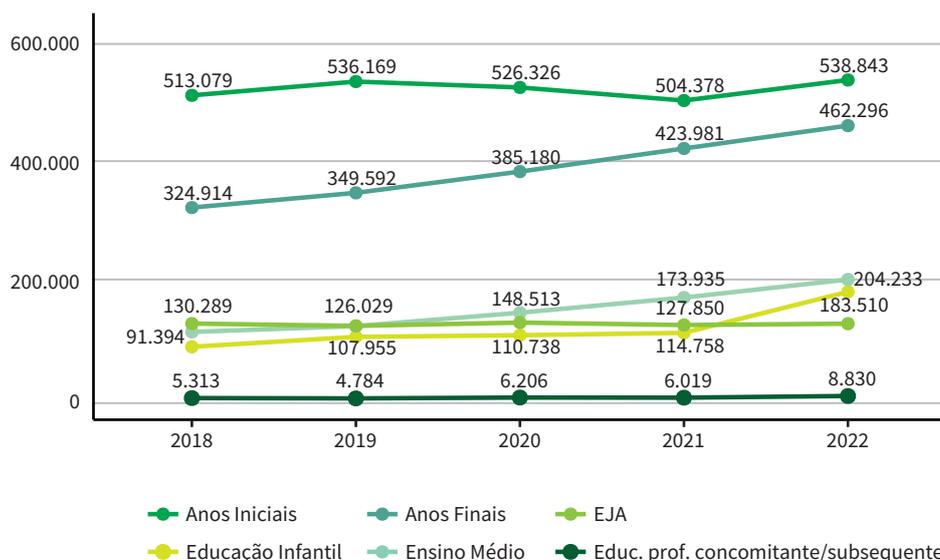


GRÁFICO 30

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2022. A maior proporção de alunos incluídos é observada na educação profissional subsequente/concomitante, com inclusão de 99,7%. O maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2018 e 2022, ocorreu na educação profissional subsequente/concomitante, um acréscimo de 7,5 p.p. (Gráfico 31).

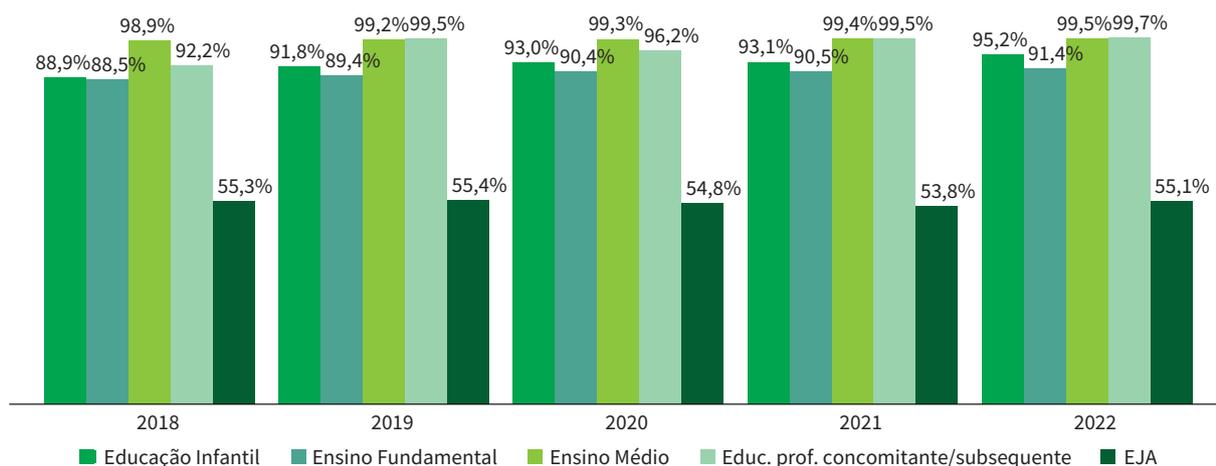


GRÁFICO 31

PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Destaca-se aqui o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 4 se refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Observando o Gráfico 32, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2018, o percentual de alunos incluídos era de 92,0% e passou para 94,2% em 2022. O percentual de alunos incluídos em classes comuns sem acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) passou de 52,3% em 2018 para 54,9% em 2022.

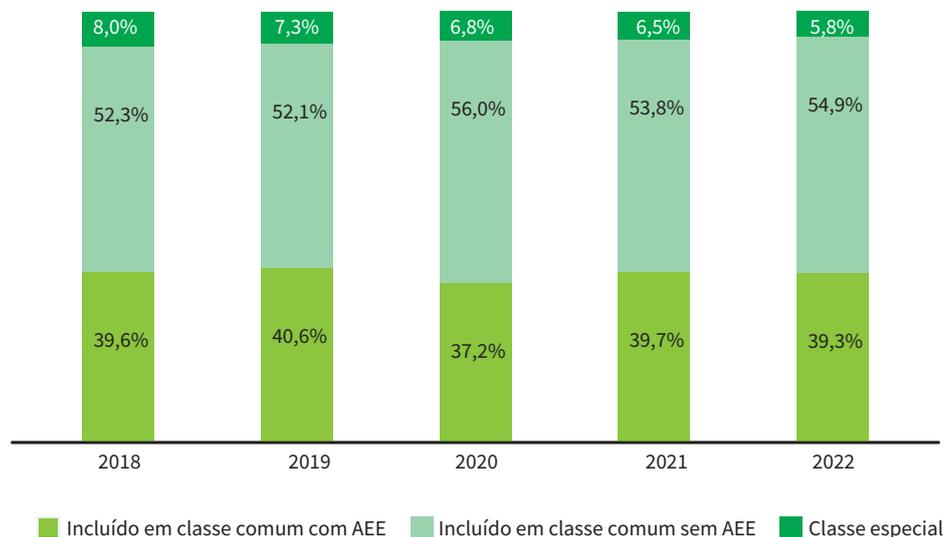


GRÁFICO 32

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAM CLASSES COMUNS (COM E SEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) OU CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E INCLUSÃO

Ao comparar a oferta de educação inclusiva por dependência administrativa, observa-se que as redes estadual (97,7%) e municipal (96,8%) apresentam os maiores percentuais de alunos incluídos. No entanto, na rede privada a realidade ainda é diferente: do total de 225.833 matrículas da educação especial, somente 109.363 (48,4%) estão em classes comuns (Gráfico 33).

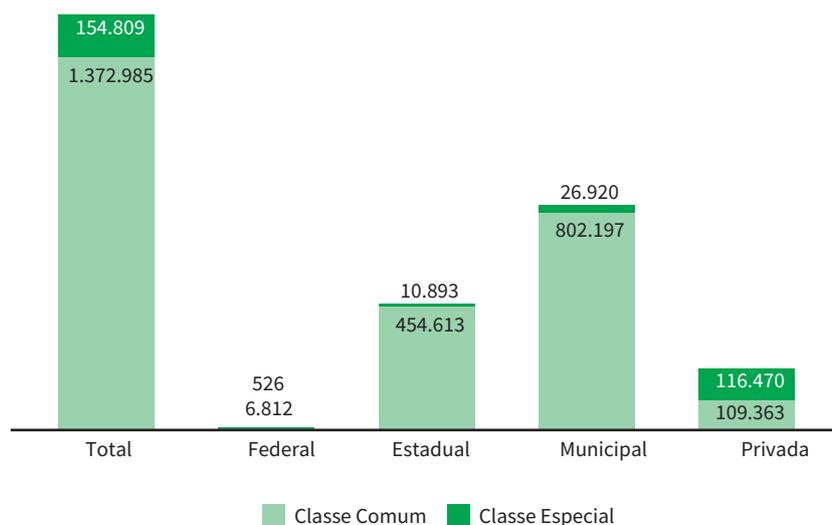


GRÁFICO 33

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS E EM CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2 DOCENTES

Nesta subseção, são apresentadas as informações sobre os docentes que lecionam na educação básica. Expõem-se, primeiramente, uma visão geral e histórica; em seguida, os resultados agregados por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Adicionalmente, há um destaque para o Plano Nacional de Educação no que se refere à formação dos docentes da educação básica.

1.2.1 VISÃO GERAL

HISTÓRICO

Em 2022, foram registrados 2.315.616 docentes na educação básica brasileira. A maior parte atua no ensino fundamental (61,1%), etapa em que se encontram 1.414.211 docentes. De 2018 a 2022, o número de docentes que atuam na educação infantil cresceu 11,4% e daqueles que atuam no ensino médio, 6,3% (Gráfico 34).

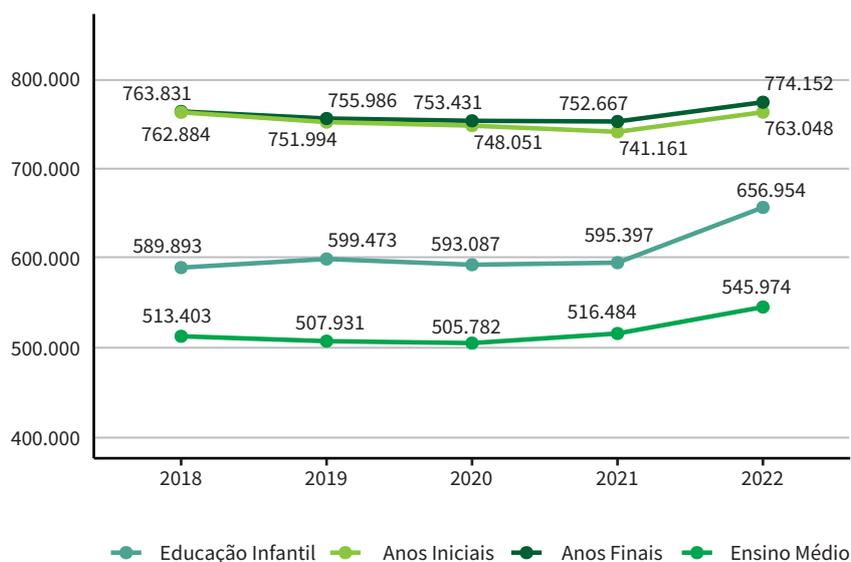


GRÁFICO 34

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES, POR ETAPA DE ENSINO - BRASIL 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Na educação infantil brasileira, atuam 657 mil docentes. São 96,3% do sexo feminino e 3,7% do sexo masculino. Observa-se maior concentração de docentes nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 35).

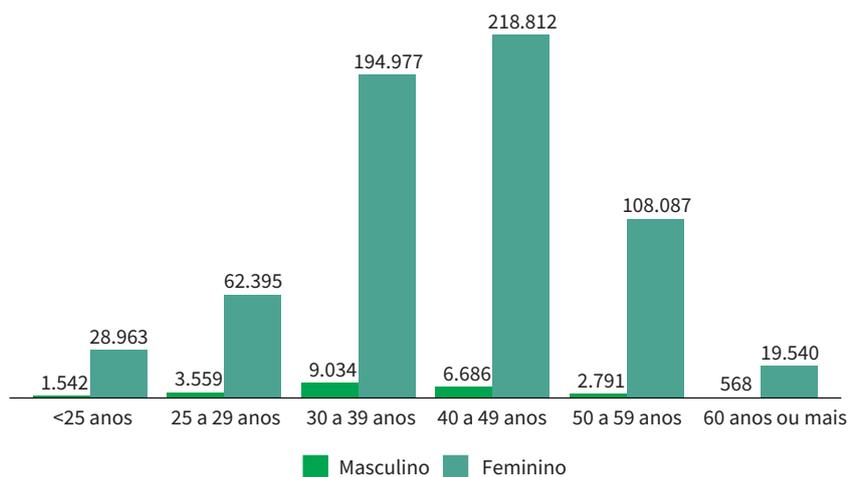


GRÁFICO 35

NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade, 79,5% possuem nível superior completo (78,2% em grau acadêmico de licenciatura e 1,3%, bacharelado) e 11,7% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 8,9% com nível médio ou inferior. Desde 2018, nota-se um crescimento no percentual de docentes graduados com licenciatura atuando na educação infantil, passando de 68,4% em 2018 para 78,2% em 2022 (Gráfico 36).

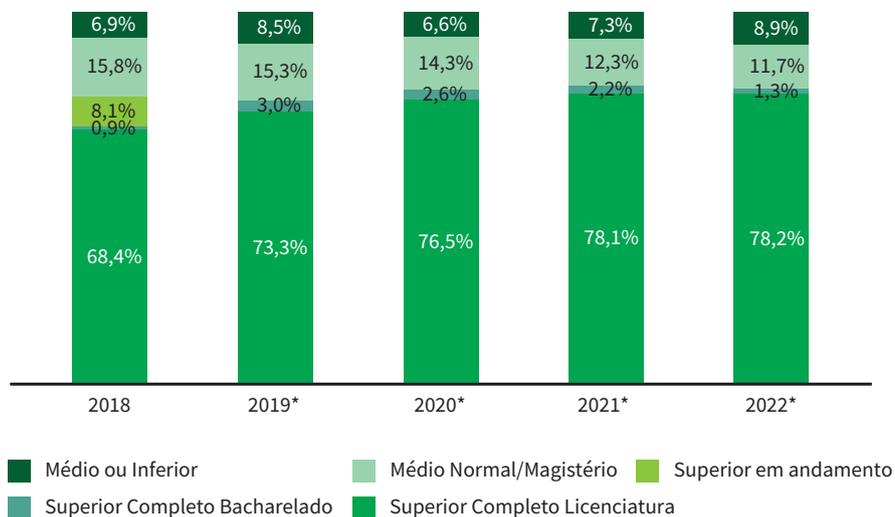


GRÁFICO 36

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Uma das ações promovidas pelo Inep, em função da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017, foi o estímulo à atualização cadastral dos docentes que, a partir de 2019, impactou o percentual de docentes com nível superior concluído.

1.2.3 ENSINO FUNDAMENTAL

No ensino fundamental, atuam 1.414.211 docentes, sendo 77,5% do sexo feminino e 22,5% do sexo masculino. Nos anos iniciais, atuam 763.048 docentes. Desses, 87,8% são do sexo feminino e 12,2% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 37).

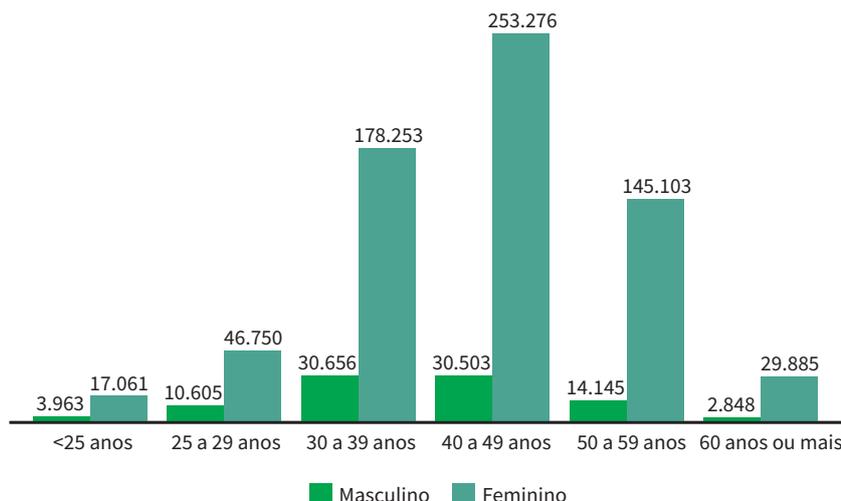


GRÁFICO 37

NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade dos docentes dos anos iniciais, 86,6% têm nível superior completo (84,9% em grau acadêmico de licenciatura e 1,7%, bacharelado) e 8,5% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,9% com nível médio ou inferior (Gráfico 38).

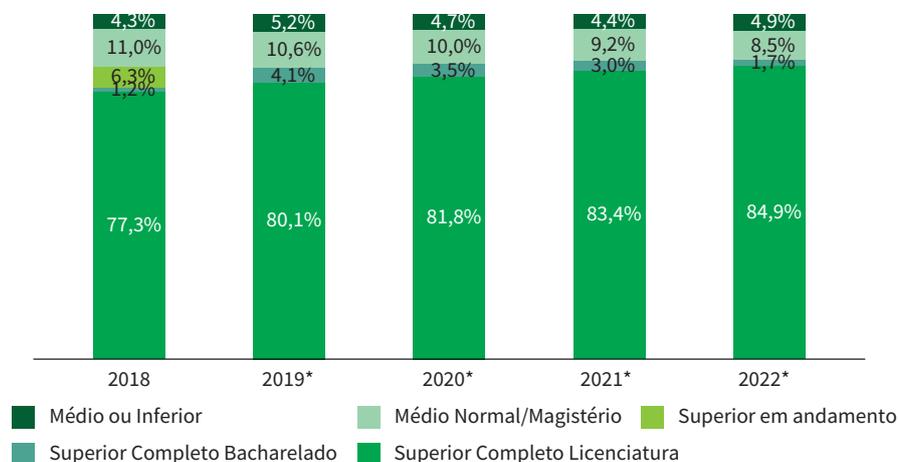


GRÁFICO 38

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - BRASIL - 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Uma das ações promovidas pelo Inep, em função da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017, foi o estímulo à atualização cadastral dos docentes que, a partir de 2019, impactou o percentual de docentes com nível superior concluído.

Segundo o indicador de adequação da formação docente (Brasil, 2014b), para os anos iniciais do ensino fundamental, o pior resultado é observado para a disciplina de Língua Estrangeira, em que apenas 34,4% das

turmas têm aulas ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina (grupo 1 do indicador). O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é verificado para a disciplina Educação Física, com 83,3% das turmas atendidas por docentes classificados no grupo 1 (Gráfico 39).

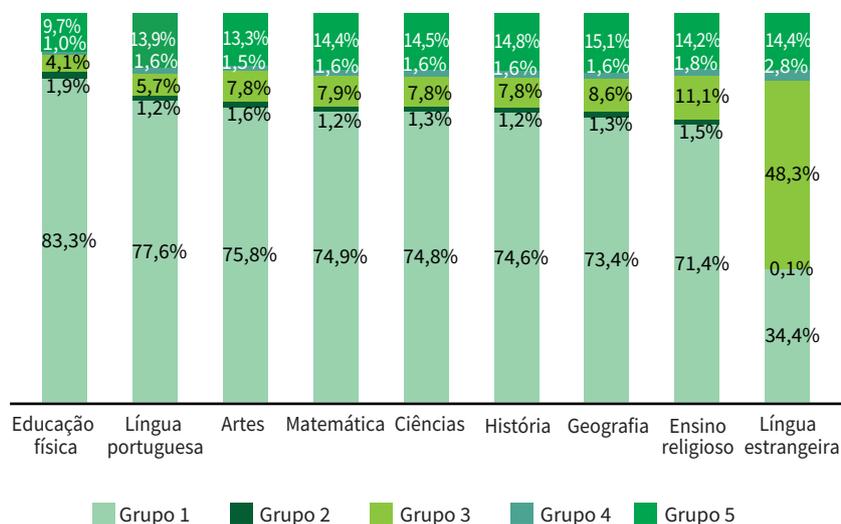


GRÁFICO 39

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, atuam 774.152 docentes. São 66,1% do sexo feminino e 33,9% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 40).

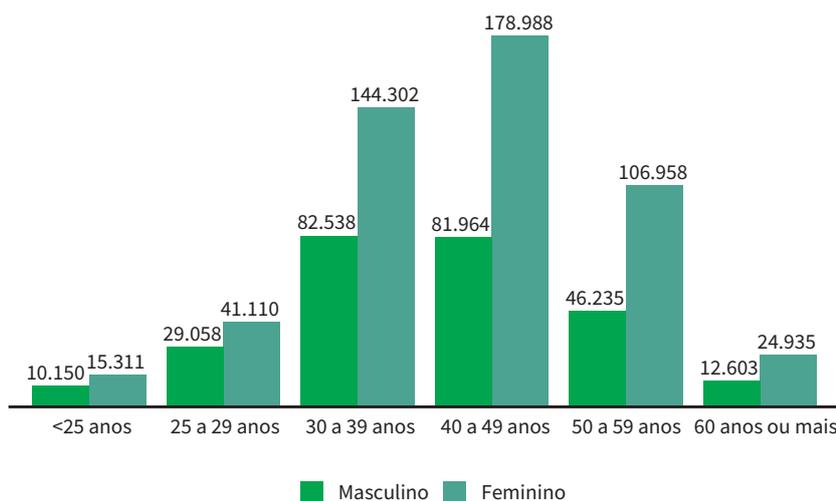


GRÁFICO 40

NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, 91,9% dos docentes possuem nível superior completo (89,9% em grau acadêmico de licenciatura e 2,0%, bacharelado). O percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 5,6 p.p. entre 2018 e 2022 (Gráfico 41).

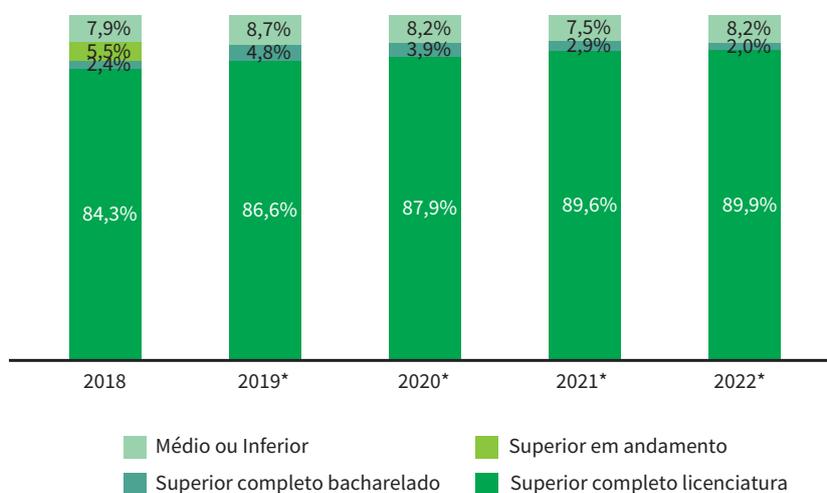


GRÁFICO 41

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Uma das ações promovidas pelo Inep, em função da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017, foi o estímulo à atualização cadastral dos docentes que, a partir de 2019, impactou o percentual de docentes com nível superior concluído.

Para os anos finais, o indicador de adequação da formação docente demonstra que o pior resultado ocorre para a disciplina de Língua Estrangeira, em que apenas 43,6% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (grupo 1 do indicador). O melhor resultado é verificado para a disciplina de Educação Física, em que 76,8% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (Gráfico 42).

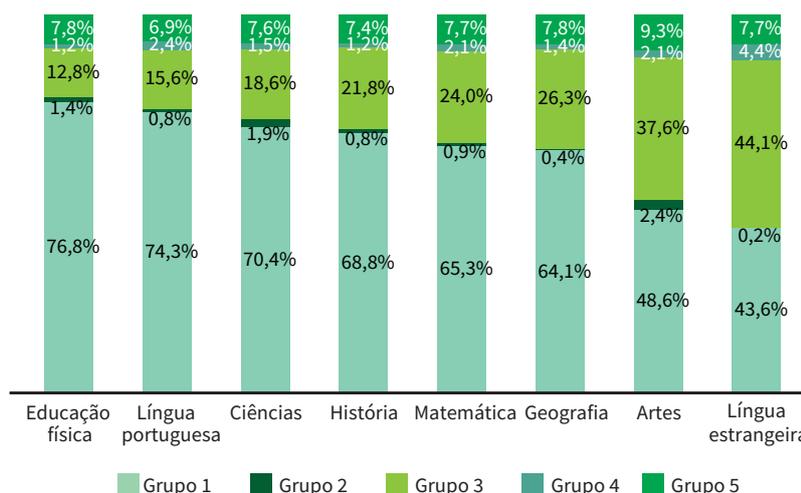


GRÁFICO 42

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado ao dos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (Figura 2).

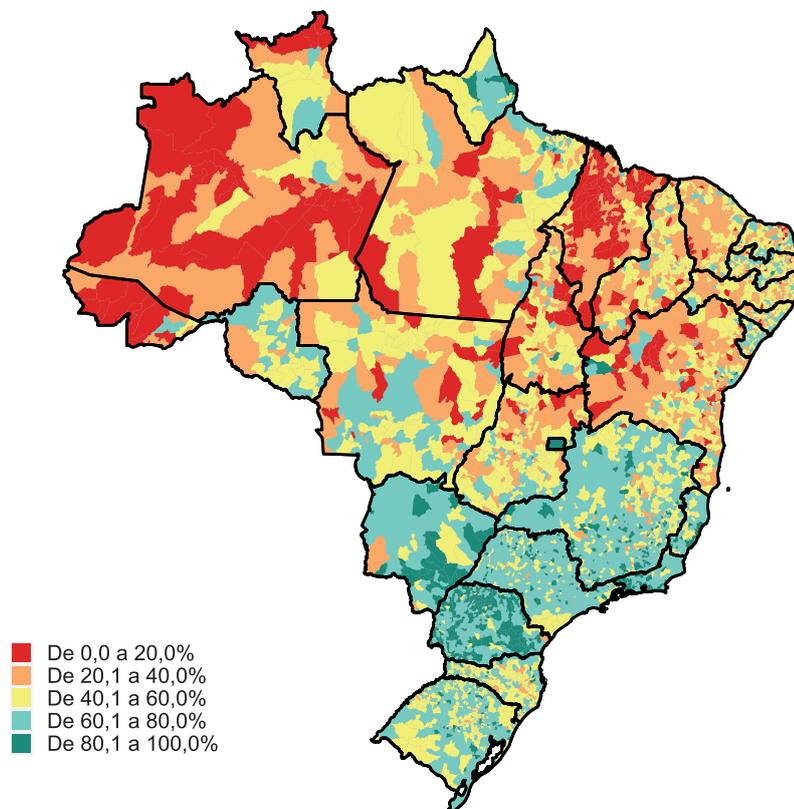


FIGURA 2

PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NOS ANOS FINAIS, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.4 ENSINO MÉDIO

Um total de 545.974 professores atuou no ensino médio em 2022. São 57,5% do sexo feminino e 42,5% do sexo masculino. Observando a distribuição dos docentes por idade verifica-se maior concentração nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 43).

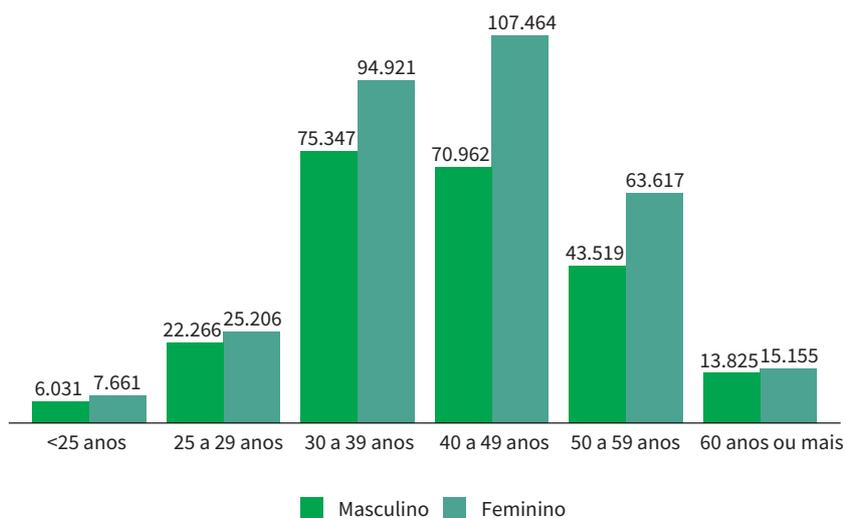


GRÁFICO 43

NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Dos docentes que atuam no ensino médio, 96,1% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 4,5%, bacharelado) e 3,9% possuem formação de nível médio ou inferior (Gráfico 44).

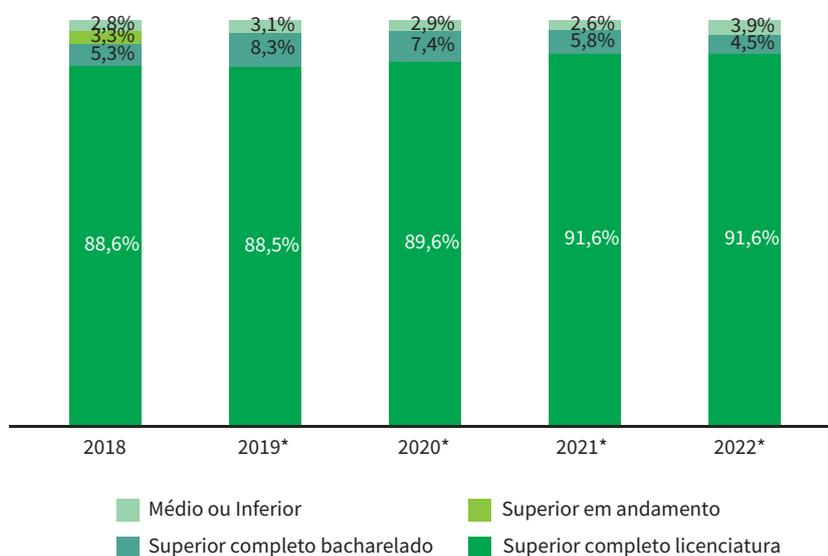


GRÁFICO 44

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Uma das ações promovidas pelo Inep, em função da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017, foi o estímulo à atualização cadastral dos docentes que, a partir de 2019, impactou o percentual de docentes com nível superior concluído.

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 39,3% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador). Os melhores resultados do indicador de adequação da formação docente são observados para as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física, História, Biologia, Matemática e Geografia com percentuais acima de 78% (Gráfico 45).

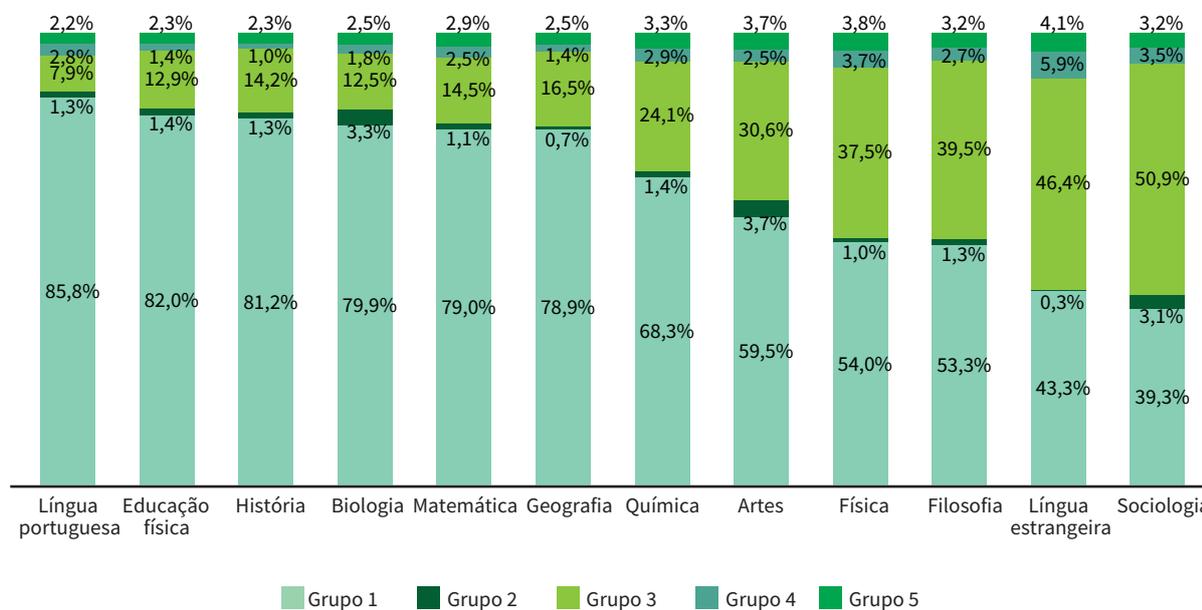


GRÁFICO 45

**INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DISCIPLINA
- BRASIL - 2022**

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Avaliando o percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador) no ensino médio por município (Figura 3) não se identifica padrões claros nas grandes regiões. Considerando os indicadores gerais por Unidade da Federação, os cinco maiores percentuais são observados em estados das cinco grandes regiões do País: Amapá (87,4%), Distrito Federal (87,1%), Paraná (83,4%), Espírito Santo (83,2%) e Sergipe (79,6%).

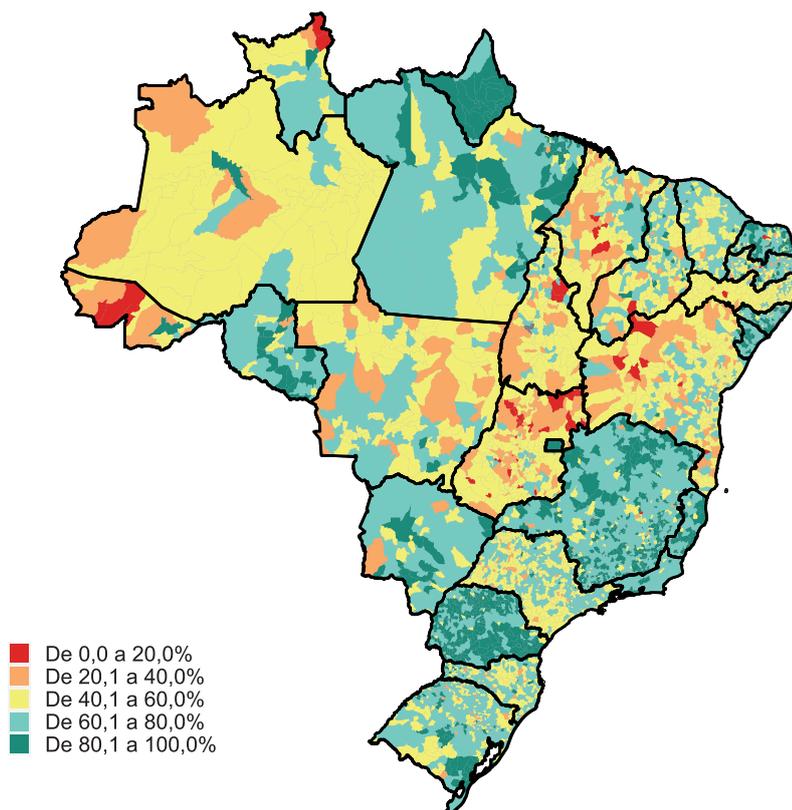


FIGURA 3

PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NO ENSINO MÉDIO, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.2.5 PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Uma das metas destacadas no Plano Nacional de Educação (PNE) diz respeito à pós-graduação e à formação continuada dos docentes da educação básica. A Meta 16 busca formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores de educação básica até o último ano de vigência do Plano e garantir a todos os profissionais da educação básica a formação continuada em sua área de atuação, considerando necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Os percentuais de docentes da educação básica com pós-graduação e formação continuada têm aumentado gradativamente ao longo dos últimos cinco anos. O percentual de docentes com pós-graduação subiu de 37,2% em 2018 para 47% em 2022 (Gráfico 46). O percentual de docentes com formação continuada também apresentou elevação, saindo de 36% em 2018, para 40,5% em 2022 (Gráfico 47).

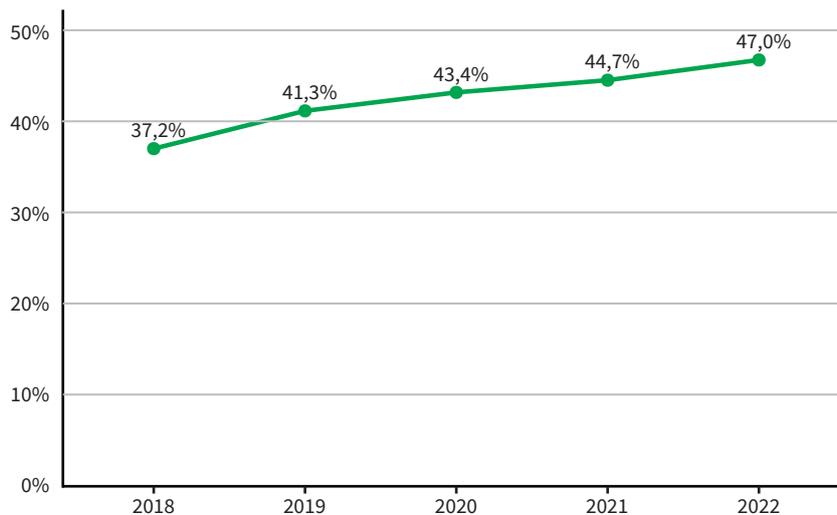


GRÁFICO 46

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU (INDICADOR 16A - RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

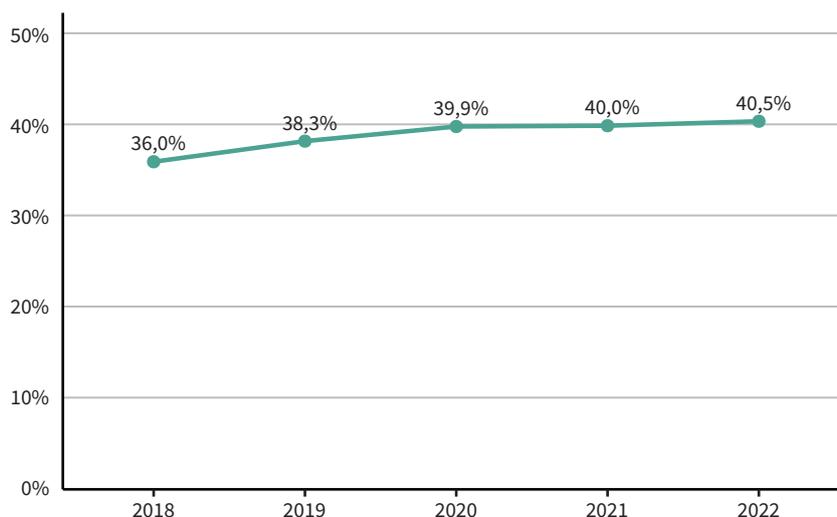


GRÁFICO 47

PERCENTUAL DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA (INDICADOR 16B - RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3 ESCOLAS

Nesta subseção, são destacadas as informações sobre as escolas. Apresenta-se primeiramente, uma visão geral por dependência administrativa, porte e etapa de ensino. Em seguida, são expostas informações mais específicas organizadas por etapa de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) com ênfase à disponibilidade de recursos tecnológicos.

1.3.1 VISÃO GERAL

O Brasil conta, em 2022, com 178.346 escolas de educação básica. Desse total, a rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços delas (60,1%), seguida da rede privada (23%), conforme pode ser observado no Gráfico 48.

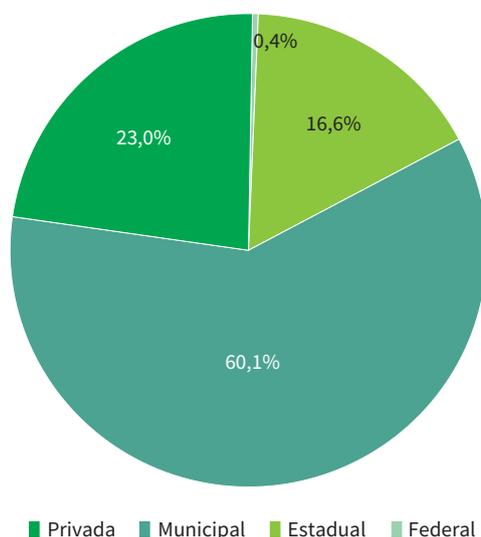


GRÁFICO 48

PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

As escolas de pequeno porte (até 50 matrículas) estão concentradas nas regiões Norte (35,4%) e Nordeste (22,7%), conforme mostra a Figura 4. Os estados com o maior percentual de escolas de pequeno porte são Acre (46,7%), Amazonas (42,4%) e Roraima (41,8%).

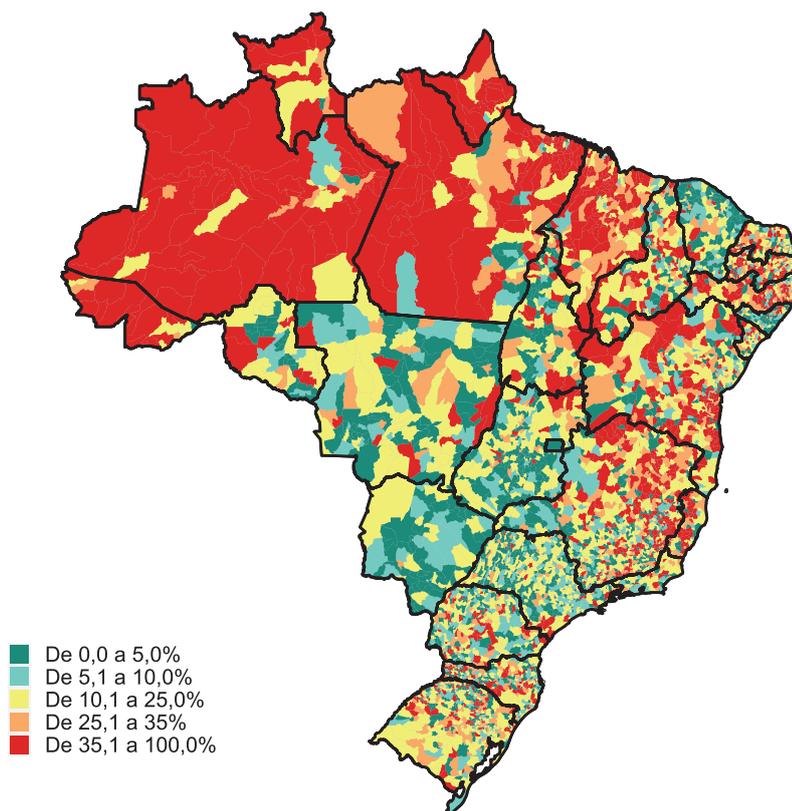


FIGURA 4

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE (ATÉ 50 MATRÍCULAS), POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Do total de 178.346 escolas de educação básica, 113.409 oferecem matrículas da educação infantil (74.367 de creche e 99.743 de pré-escola), enquanto o ensino fundamental está presente em 122.469 (105.360 de anos iniciais e 61.785 de anos finais) e o ensino médio em 29.413 unidades (Gráfico 49).

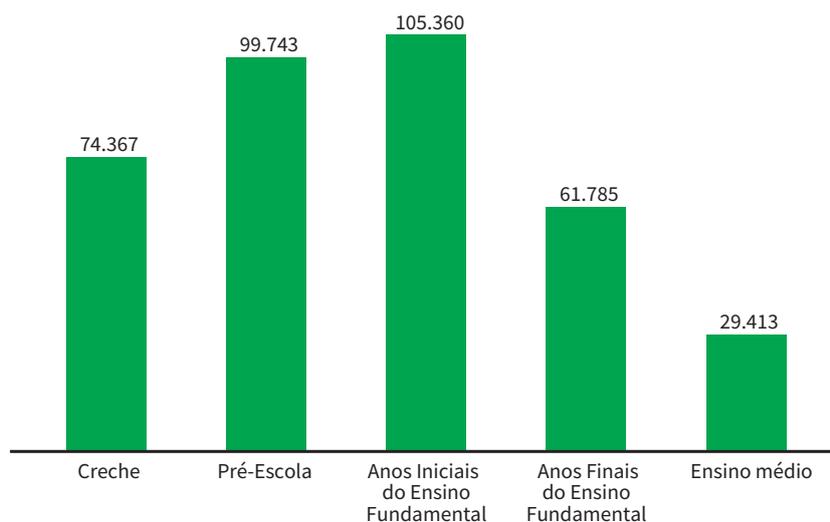


GRÁFICO 49

NÚMERO DE ESCOLAS, POR OFERTA DE ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Ao avaliar a disponibilidade de internet nas escolas da educação básica, percebe-se que esse recurso é pouco presente (proporção geral inferior a 60%) nos estados do Acre, do Amazonas, do Pará, de Roraima e do Amapá (Figura 5).

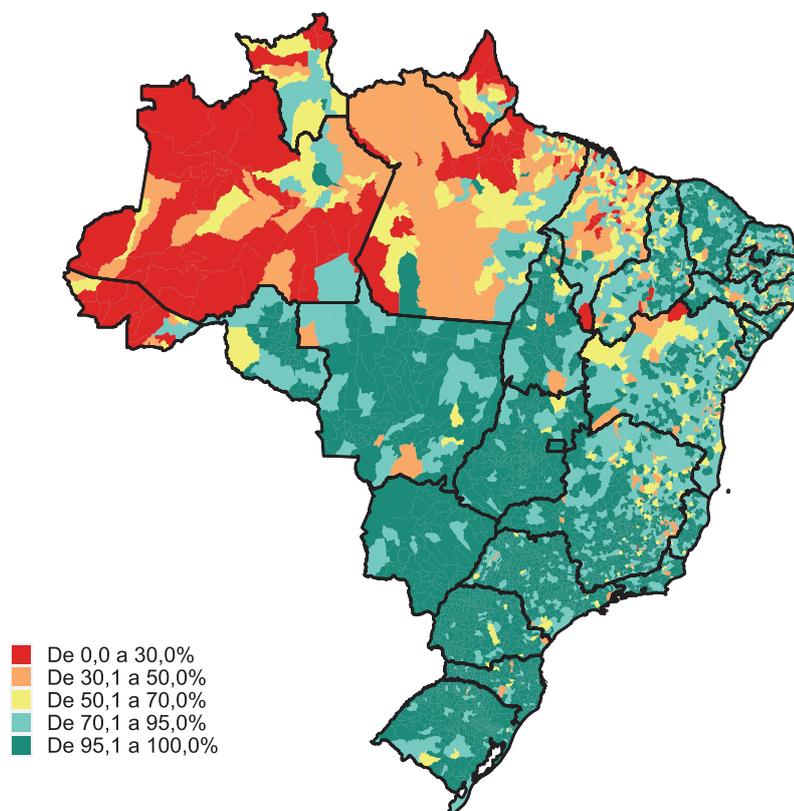


FIGURA 5

PERCENTUAL DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À INTERNET, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 2022, 113.409 escolas ofertavam educação infantil no Brasil, sendo que 99.743 atendiam pré-escola e 74.367, creche. Ao longo dos últimos cinco anos, o número de escolas que oferecem pré-escola sofreu uma queda de 3,4%. Já para aquelas com oferta de creche, apesar de ser possível observar uma queda entre 2019 e 2021, verifica-se uma mudança nessa tendência em 2022, com aumento de 6,4% em relação a 2021 (Gráfico 50).

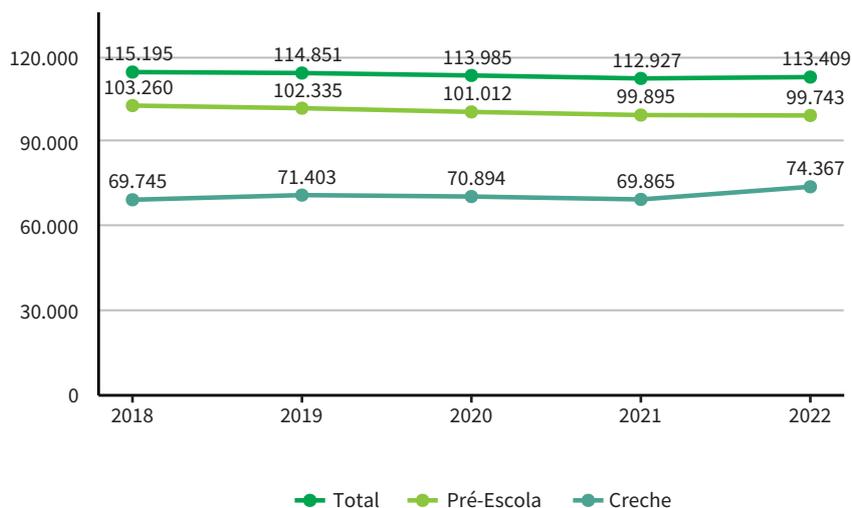


GRÁFICO 50

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Na educação infantil, a infraestrutura tecnológica é abrangente na rede privada de ensino. A internet está presente em 98,3% das escolas particulares, enquanto na rede municipal o percentual é de 79,4%. A presença de internet banda larga é de 89,6% na rede privada e de 65,6% nas escolas municipais. A internet para uso administrativo está disponível em 95,7% da rede particular, enquanto na rede municipal o percentual é de 75,4% (Gráfico 51).

Em relação à infraestrutura, 44,9% das escolas municipais de educação infantil têm banheiro adequado à educação infantil, enquanto nas escolas particulares esse percentual chega a 84,7%. Quanto à existência de materiais socioculturais ou pedagógicos em uso na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino, verifica-se um elevado percentual na rede privada de brinquedos para educação infantil, de jogos educativos e de materiais para atividades culturais e artísticas com 92,2%, 89,9% e 63,8%, respectivamente. Já na rede municipal, esses percentuais são menores, respectivamente com 62,9%, 78,7% e 30,2%. A rede privada também se mostra superior à rede municipal quando se avalia a existência de parque infantil ou mesmo de pátio nas escolas com oferta dessa etapa (Gráfico 51).

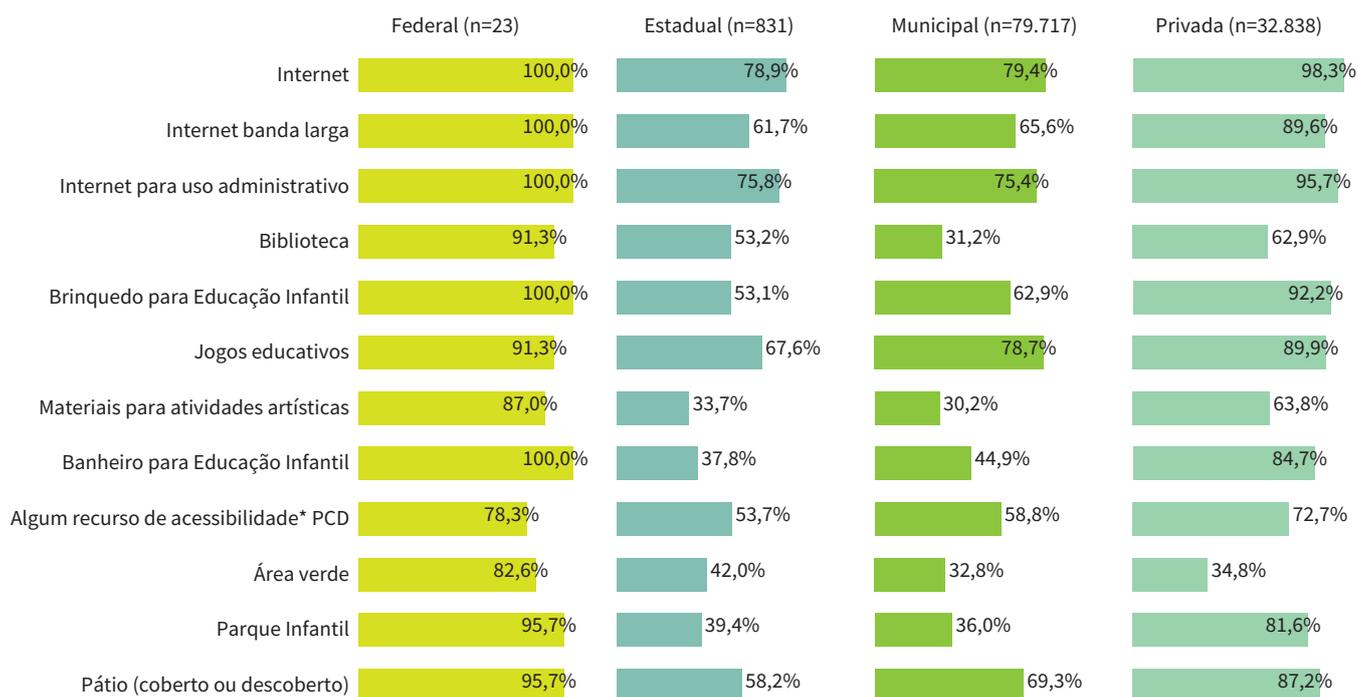


GRÁFICO 51

RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E À INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nota: *Percentual de escolas que declararam possuir algum dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação internas (corrimão, elevador, pisos táteis, vão livre, rampas, salas acessíveis, sinalização sonora, tátil ou visual).

1.3.3 ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental foi ofertado em um total de 122.469 escolas no País, das quais 105.360 atendiam os anos iniciais e 61.785 os anos finais. O número de escolas que oferecem os anos finais se manteve relativamente estável nos últimos cinco anos. Observa-se uma redução gradual no número de escolas que oferecem os anos iniciais, que, em relação ao último ano, apresentou diminuição de 1.401 escolas, uma queda de 1,3% (Gráfico 52).

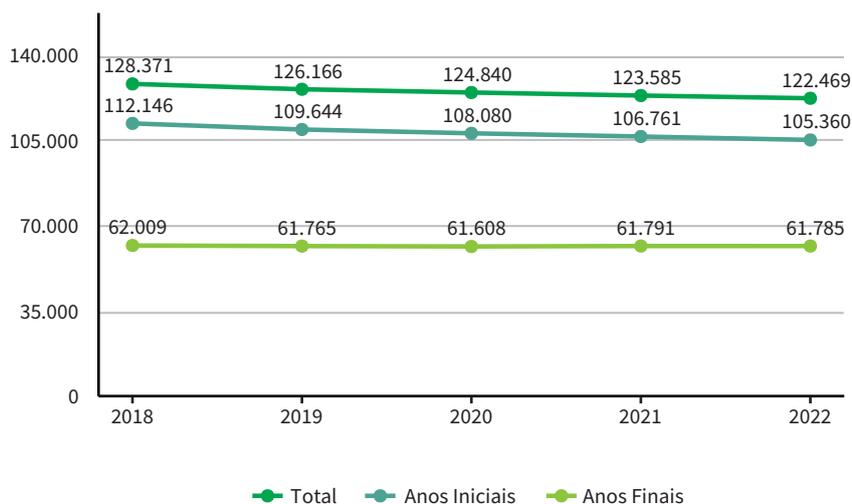


GRÁFICO 52

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) - BRASIL - 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede municipal é a principal responsável pela oferta dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental no Brasil. Ela conta com 72.150 (68,5%) escolas nos anos iniciais do ensino fundamental e abrange 29.143 (47,2%) escolas de anos finais, conforme demonstra o Gráfico 53.

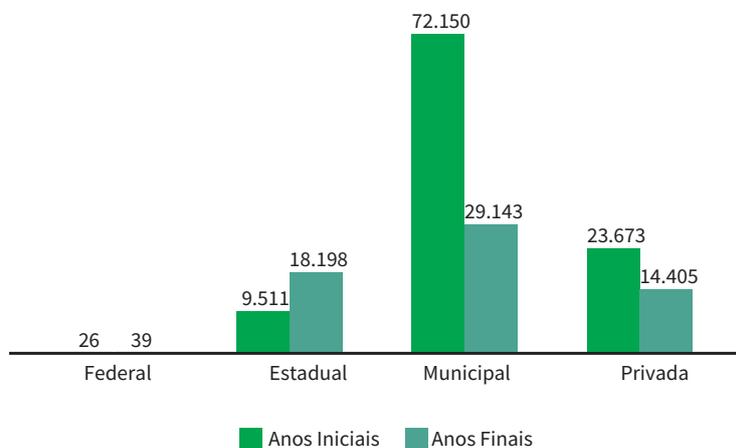


GRÁFICO 53

NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Apesar de possuir o maior número de escolas do ensino fundamental, a rede municipal é a que menos dispõe de recursos tecnológicos, como lousa digital (11,3%), projetor multimídia (55,9%), computador de mesa (39,4%) ou portátil (30,2%) para os alunos ou mesmo internet disponível para uso destes (32,6%). Em alguns quesitos, as escolas da rede estadual estão mais equipadas com recursos tecnológicos do que as da rede privada. O percentual de escolas estaduais com lousa digital, projetor multimídia, computador de mesa para os alunos e internet disponível para uso dos estudantes é maior do que o das escolas particulares. Porém, os itens de recursos tecnológicos que os alunos podem utilizar fora da escola apresentaram maior percentual na rede privada. Computador portátil e tablet para alunos são mais frequentes nas escolas particulares do que nas municipais e estaduais, como mostra o Gráfico 54 (entre parênteses o número de escolas de cada rede de ensino).

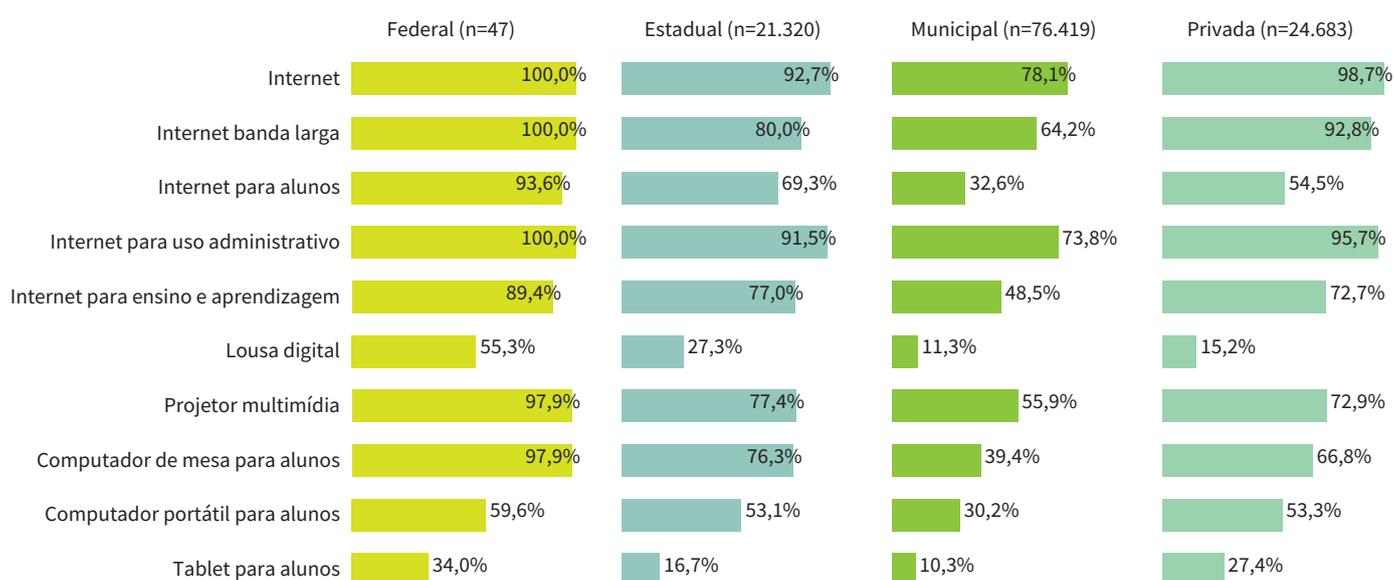


GRÁFICO 54

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

De forma geral, o Brasil tem um elevado percentual de acesso à internet nas escolas de ensino fundamental. Entretanto, quando observado o percentual de internet banda larga, algumas regiões ainda apresentam baixa cobertura. Os estados com menor proporção de acesso à internet banda larga são Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, com cobertura inferior a 60% (Figura 6).

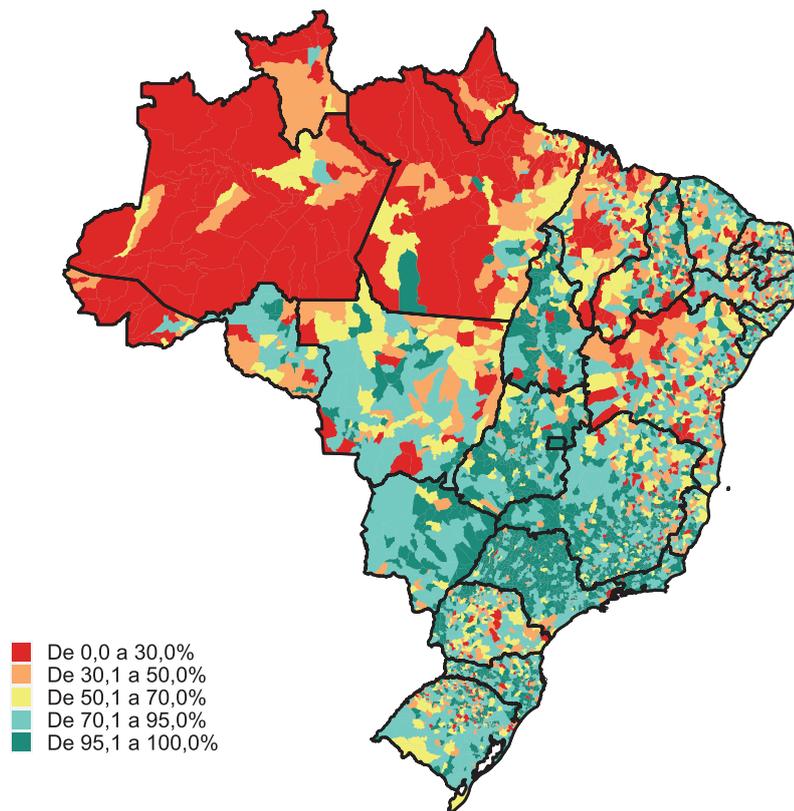


FIGURA 6

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando verificados os recursos tecnológicos por região, fica evidente a disparidade entre o Norte e o restante do País. Em nove dos dez quesitos analisados, a região demonstrou percentuais abaixo de 50%. Destaca-se que apenas 40,3% das escolas de ensino fundamental da região Norte possuem acesso à internet banda larga. No Nordeste, os percentuais de internet (83,0%) e de internet banda larga (67,7%) também são menores que no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Sul é a que apresenta maior percentual (60,9%) de computador portátil para os alunos (Gráfico 55).

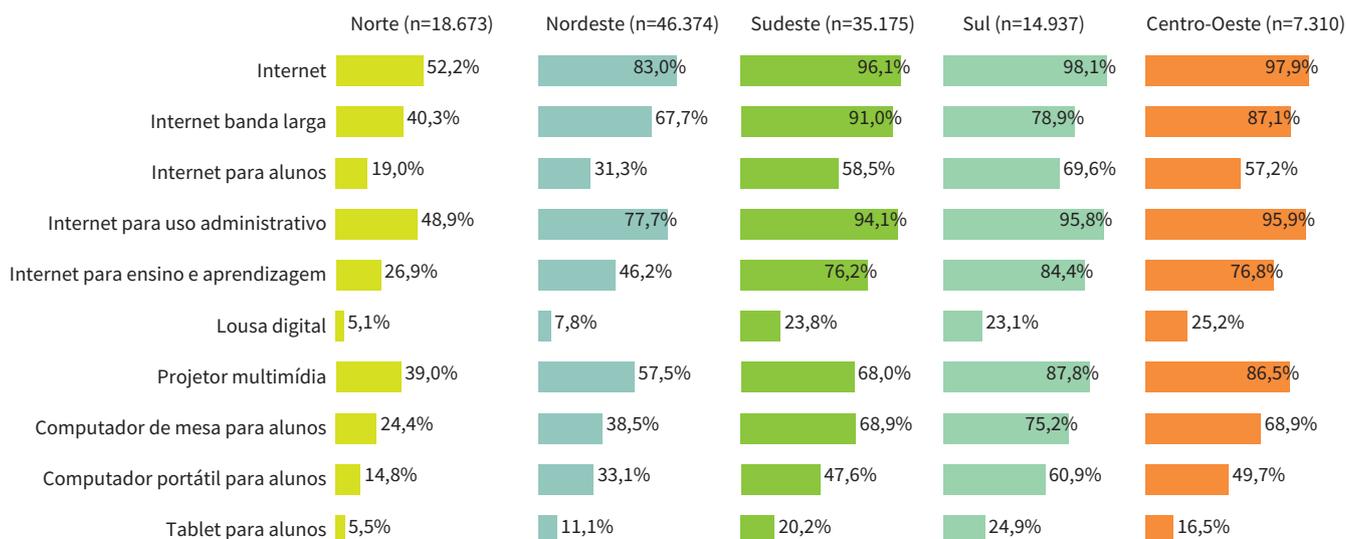


GRÁFICO 55

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO AS REGIÕES - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3.4 ENSINO MÉDIO

No Brasil, o ensino médio foi ofertado por um total de 29.413 escolas em 2022. Nos últimos cinco anos, houve um aumento gradual no número de escolas das redes pública e privada que oferecem essa etapa, conforme mostra o Gráfico 56. No total, houve um crescimento de 2,6% no número de escolas de ensino médio no período de 2018 a 2022.

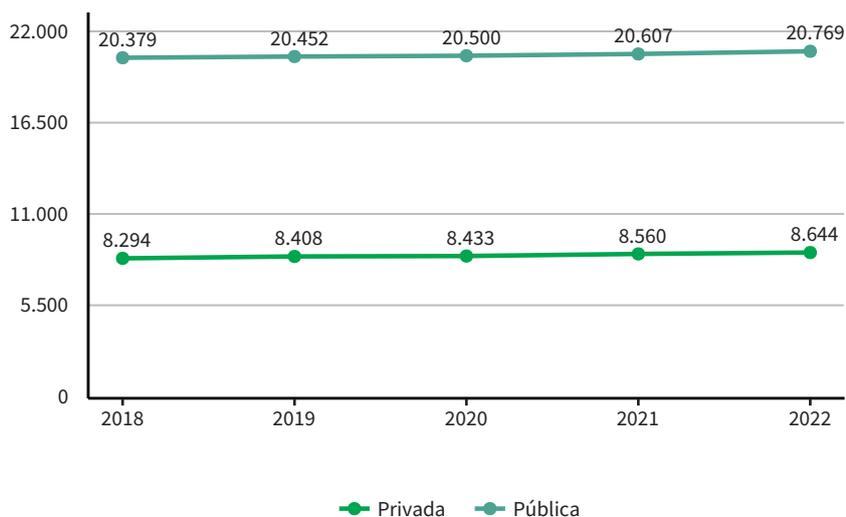


GRÁFICO 56

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR REDE (PÚBLICA OU PRIVADA) - BRASIL - 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A rede estadual tem o maior número de escolas de ensino médio, 67,8%, seguida pela rede privada, 29,4%. Apesar do ensino médio ser a etapa que conta com a maior participação da rede federal (quando comparada à educação infantil e ao ensino fundamental), essa participação é ainda muito pequena (Gráfico 57).

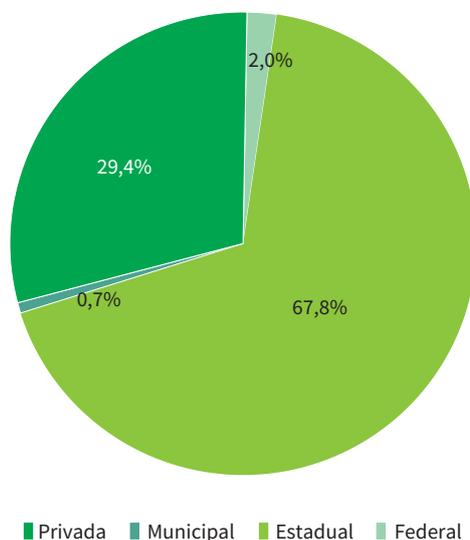


GRÁFICO 57

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino médio é maior do que nas de ensino fundamental. Quando observada a rede estadual, que detém o maior número de escolas de ensino médio, nota-se que 84,4% das unidades têm internet banda larga. Nessa rede, o percentual de computadores portáteis para alunos é de 55,4% e o de tablet para alunos é de 17,3%. Por outro lado, a oferta desses mesmos equipamentos para os alunos por parte da rede privada é superior, atingindo 59,4% e 33,2%, respectivamente (Gráfico 58).

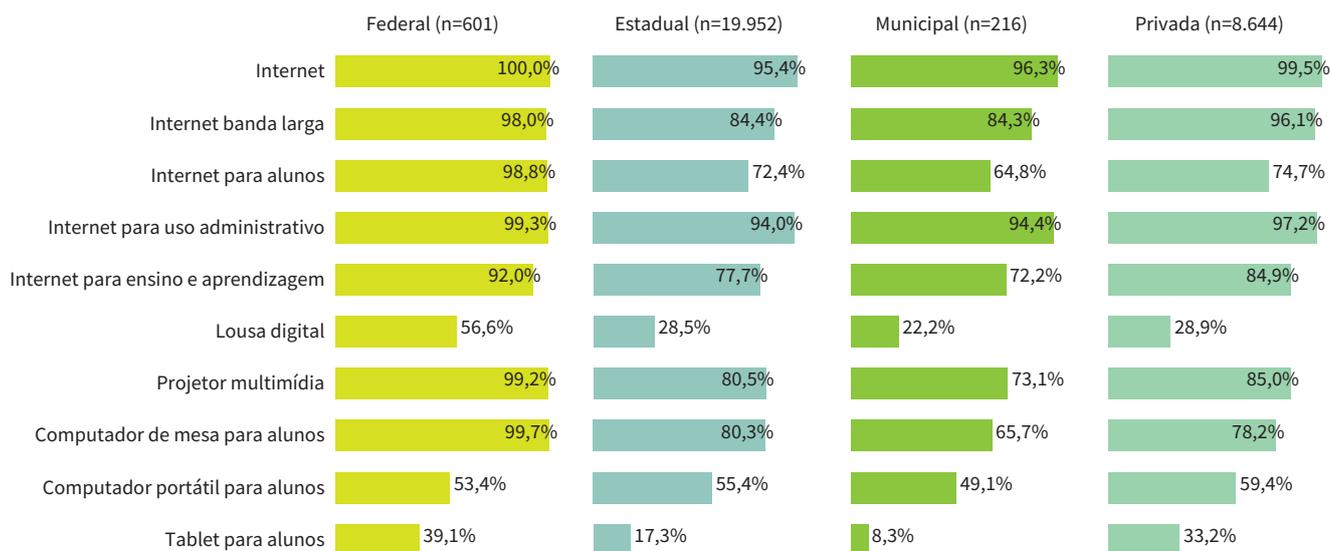


GRÁFICO 58

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

O acesso à internet e à internet banda larga é mais abrangente no ensino médio do que no fundamental. Destacam-se com os maiores percentuais de escolas com internet banda larga as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, com 96,9%, 88,4% e 88,0%, respectivamente. O menor percentual de internet banda larga está no Norte do País, onde é encontrada em apenas 63,8% das escolas. O maior percentual de tablet para alunos está na região Sul, observado em 28,0% das escolas. É na região Sul também, que aparece o maior percentual de computadores portáteis para alunos (69,5%). Outros recursos tecnológicos disponíveis nas escolas de ensino médio estão listados no Gráfico 59.



GRÁFICO 59

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, SEGUNDO AS REGIÕES - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A Figura 7 mostra um detalhamento do percentual de escolas de ensino médio com internet banda larga por município. Verifica-se, claramente, que esse recurso é menos comum nos municípios do Norte do País. Os estados com menor cobertura de banda larga são Acre (46,0%) e Amapá (50,9%).

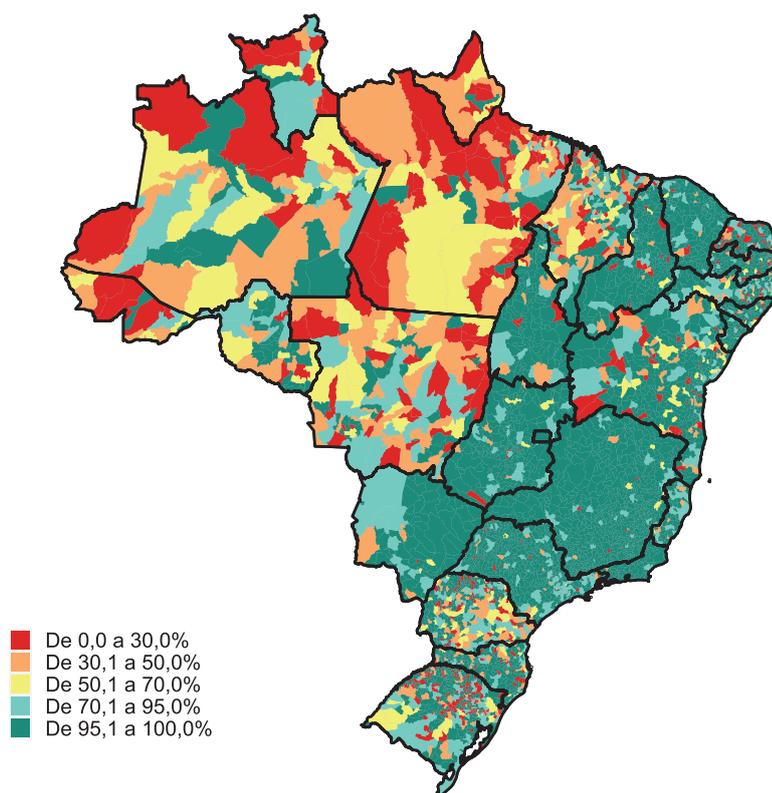


FIGURA 7

**PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, POR MUNICÍPIO – BRASIL
– 2022**

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

1.3.5 PESQUISA RESPOSTA EDUCACIONAL À PANDEMIA DE COVID-19 NO ANO DE 2021

Em decorrência da pandemia de covid-19, as escolas brasileiras precisaram suspender as aulas presenciais em virtude da necessidade de enfrentamento à disseminação do coronavírus. Medidas foram adotadas por estados e municípios nas diferentes redes e etapas de ensino com o intuito de prosseguir com as atividades pedagógicas durante o período.

Entre os meses de fevereiro e março de 2022, foi realizada a segunda edição da pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, com o objetivo de compreender os impactos no calendário escolar e à adoção de medidas pedagógicas e sanitárias no ano letivo de 2021 em todo o País. Participaram da pesquisa escolas que estavam em funcionamento em 2021 e que declararam matrículas de escolarização presenciais e semipresenciais.

O levantamento foi realizado por meio de questionário, respondido via Sistema Educacenso, durante a segunda etapa do Censo Escolar 2021 (Brasil, 2021d). O formulário de 2021 passou por algumas atualizações em relação ao de 2020, trazendo novas informações sobre as estratégias de ensino presencial, remota e híbrida nas diversas etapas da educação básica. Os dados dessa investigação foram publicados em 2022, com desagregação por etapa de ensino para unidades da federação, grandes regiões e Brasil. A Sinopse Estatística encontra-se disponível no site do Inep (Brasil, 2022b).

Apresenta-se a seguir alguns destaques dessa pesquisa com tópicos contendo uma visão geral sobre as escolas respondentes, informações acerca das estratégias de ensino, das estratégias de realização das atividades e das ferramentas de ensino-aprendizagem adotadas pelas escolas no ano letivo de 2021. Ressalta-se que, apesar de este Resumo Técnico apresentar nos demais tópicos informações referentes ao Censo Escolar 2022, esta seção, relativa ao questionário da pandemia, traz dados referentes ao ano letivo de 2021.

VISÃO GERAL

A pesquisa suplementar foi respondida por 162.818 escolas, o que corresponde a 91,4% do total de escolas da educação básica em 2021. Dessas, 131.808 são da rede pública (95,6% do total nacional de escolas públicas) e 31.010 são da rede privada (76,9% das escolas privadas do País). O percentual de respondentes das escolas urbanas foi de 89,7% e da área rural de 95,4%, indicando um bom nível de cobertura da pesquisa em diferentes estratos.

Apenas 8,9% das escolas respondentes precisaram de ajustar a data de término do ano letivo de 2021 em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 - em 2020 esse percentual foi de 43,1%.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO ADOTADAS PELA ESCOLA NO ANO LETIVO DE 2021

As escolas informaram as estratégias de ensino adotadas nas modalidades presencial, remota e híbrida, havendo a possibilidade de marcação de mais de uma estratégia por etapa de ensino. Foi considerada a situação referente a todas as turmas do segmento. Ou seja, não foi informada a situação de uma turma específica e sim de todas as turmas da escola naquela etapa de ensino.

As estratégias foram diferenciadas em:

- **Presencial:** Refere-se às atividades escolares realizadas exclusivamente de forma presencial na unidade escolar.
- **Híbrido:** Refere-se à combinação entre atividades escolares virtuais e presenciais.
- **Remoto:** Refere-se às atividades escolares realizadas exclusivamente de forma virtual.

As escolas informaram o tempo (em dias) em que cada uma dessas estratégias foi adotada, para cada etapa de ensino, no ano letivo de 2021. Enquanto na rede pública, o percentual de dias letivos em atividades exclusivamente remotas foi superior de 30% em todas as etapas, na rede privada o valor não passou de 13%. O percentual de dias letivos com atividades exclusivamente presenciais foi superior na rede privada em todas

as etapas de ensino em relação à rede pública, com destaque para a pré-escola, com 43%. A estratégia híbrida se destaca na rede pública de ensino nos Anos finais (42%) e no Ensino médio (49%). Já na rede privada, observa-se a predominância dessa estratégia em todas as etapas, especialmente no Ensino médio, ocupando 69% dos dias letivos (Gráfico 60).

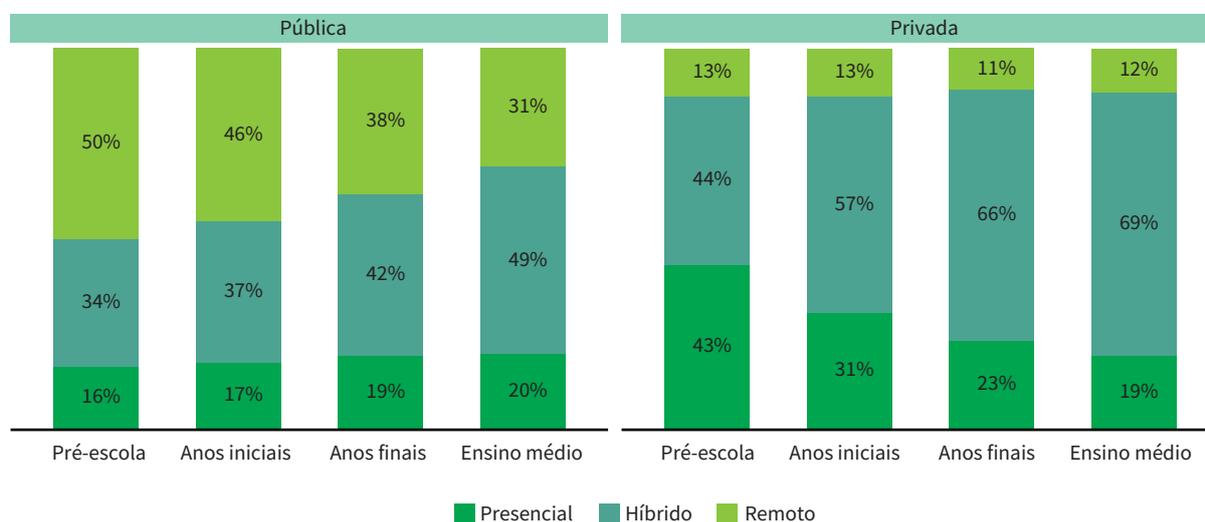


GRÁFICO 60

PERCENTUAL DE DIAS LETIVOS POR MEDIAÇÃO, REDE DE ENSINO E ETAPAS - BRASIL - 2021

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 no ano de 2021.

Considerando que em momentos distintos dentro do mesmo ano letivo puderam ser usadas estratégias diferentes, a informação foi organizada em sete categorias que revelam qual ou quais delas foram adotadas pelas escolas durante o ano. São elas: *Apenas Remoto*, *Apenas Híbrido* e *Apenas Presencial*, que mostram as escolas que adotaram uma única estratégia em 2021; *Presencial e Remoto*, *Presencial e Híbrido*, *Híbrido e Remoto*, *Presencial, Remoto e Híbrido*, que indicam escolas que adotaram mais de uma estratégia (em momentos distintos) no ano letivo de 2021.

No Brasil, a situação mais frequente observada nas escolas da educação básica foi a categoria *Apenas Híbrido* com 25,4% das escolas, seguida da categoria *Presencial, Remoto e Híbrido* com 19,6% - essa última, indicando escolas que adotaram, em momentos distintos do ano letivo de 2021, as estratégias presencial, remota e híbrida. Na rede Pública, os percentuais de escolas nas categorias *Apenas Remoto*, *Apenas Híbrido* e *Presencial, Remoto e Híbrido* foram semelhantes: 20,1%, 23,0% e 21,3%, respectivamente. Já na rede Privada houve predomínio da categoria *Apenas Híbrido*, com 35,7%, e o percentual de escolas na categoria *Apenas Presencial* foi o mais alto dentre as diferentes dependências administrativas, com 21,0%. A rede federal concentrou 45,4% das escolas na categoria *Apenas Remoto*, enquanto a rede estadual apresentou a maior parte de suas escolas na categoria *Presencial, Remoto e Híbrido*, como pode ser observado no Gráfico 61.

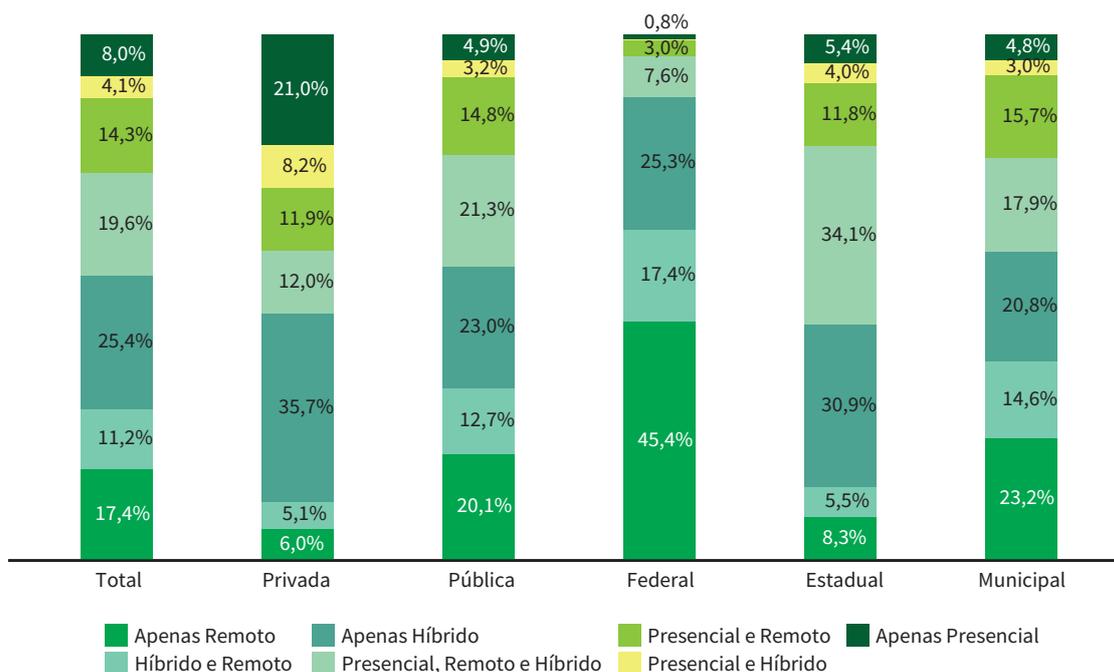


GRÁFICO 61

PERCENTUAL DE ESCOLAS (EDUCAÇÃO BÁSICA) SEGUNDO ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO DE ENSINO ADOTADA, POR REDE DE ENSINO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, DURANTE O ANO LETIVO - BRASIL - 2021

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no ano de 2021.

Quando as estratégias de mediação foram avaliadas por unidade da federação, nota-se que na categoria *Apenas Remoto* os sete estados da região Norte apresentam percentuais acima do percentual nacional. Enquanto no Brasil, o percentual de escolas com a mediação *Apenas Remoto* foi de 17,4%, em Roraima o percentual foi de 69,5%, no Amapá, 39,8% e no Pará, 38,7%. Santa Catarina é o estado que apresentou o menor percentual na categoria *Apenas Remoto*, com 1,5%, mas apresentou os maiores percentuais de escolas nas categorias *Presencial e Híbrido* e *Apenas Presencial*, com 21,3% e 27,8%, respectivamente. No Brasil, 8,0% das escolas adotaram a mediação *Apenas Presencial*. No Rio de Janeiro, 39,2% das escolas adotaram a estratégia *Apenas Híbrido*. A UF com o maior percentual de escolas que adotaram a estratégia *Presencial, Remoto e Híbrido* em 2021 foi o Paraná, com 40,5% (Gráfico 62).

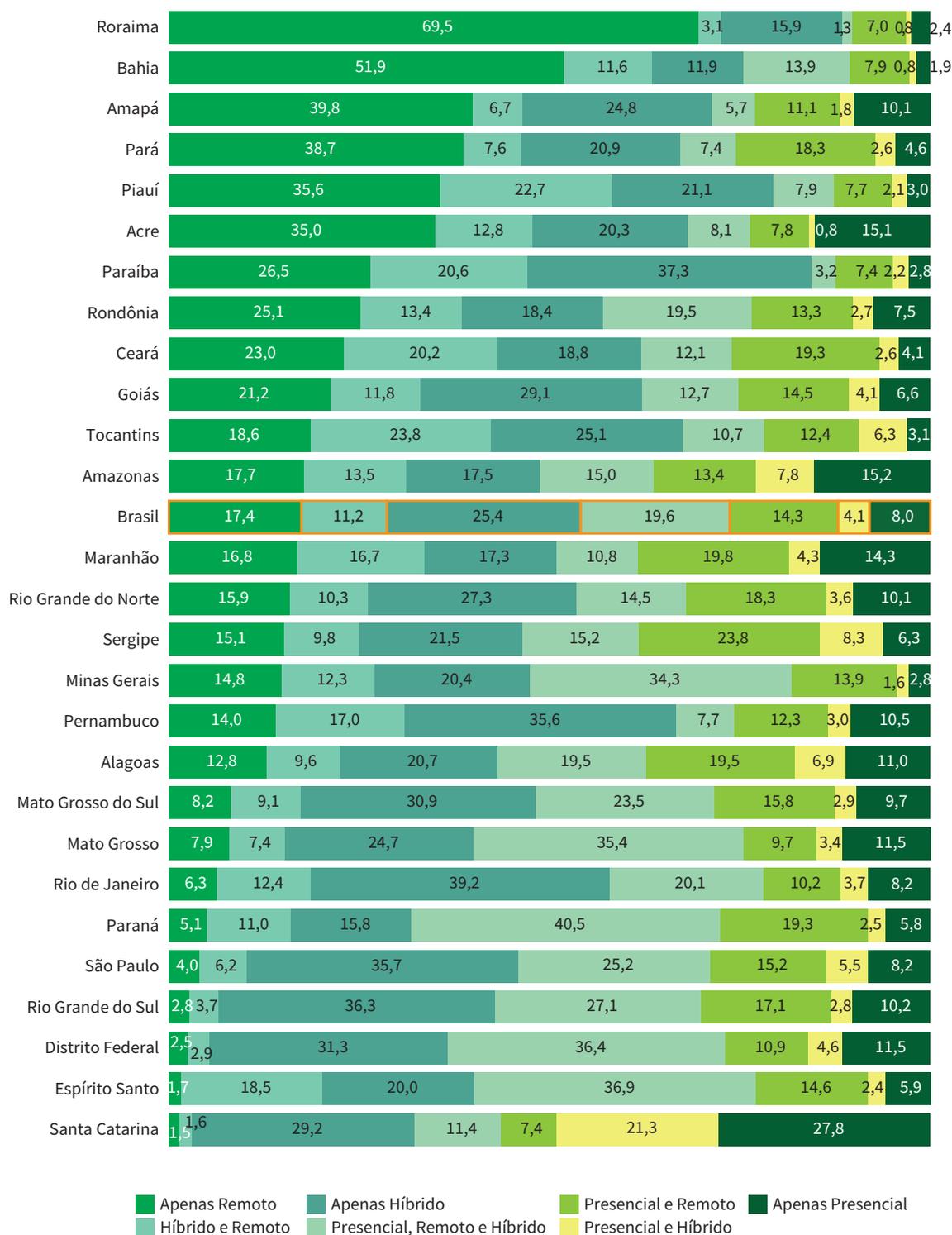


GRÁFICO 62

PERCENTUAL DE ESCOLAS (EDUCAÇÃO BÁSICA) SEGUNDO ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO DE ENSINO ADOTADA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, DURANTE O ANO LETIVO - BRASIL - 2021

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no ano de 2021.

ESTRATÉGIAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO ANO LETIVO DE 2021

As ações mais adotadas pelas escolas/secretarias de educação com os professores, para continuidade das atividades pedagógicas durante a suspensão das atividades presenciais no ano de 2021, foram: a realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades (92,3%) e a reorganização/adaptação do planejamento/plano de aula com priorização de habilidades e conteúdos específicos (83,7%). O Gráfico 63 apresenta as estratégias adotadas junto aos professores, por rede de ensino. Na rede estadual, 32,4% das escolas disponibilizaram acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio aos professores, valor 16,5 p.p. acima do registrado em 2020. Destaca-se ainda que, em 2021, 61,6% das escolas da rede estadual disponibilizaram equipamentos (computador, notebook, tablets, smartphones etc.) aos professores, um aumento de 18,0 p.p. em relação do ano de 2020.

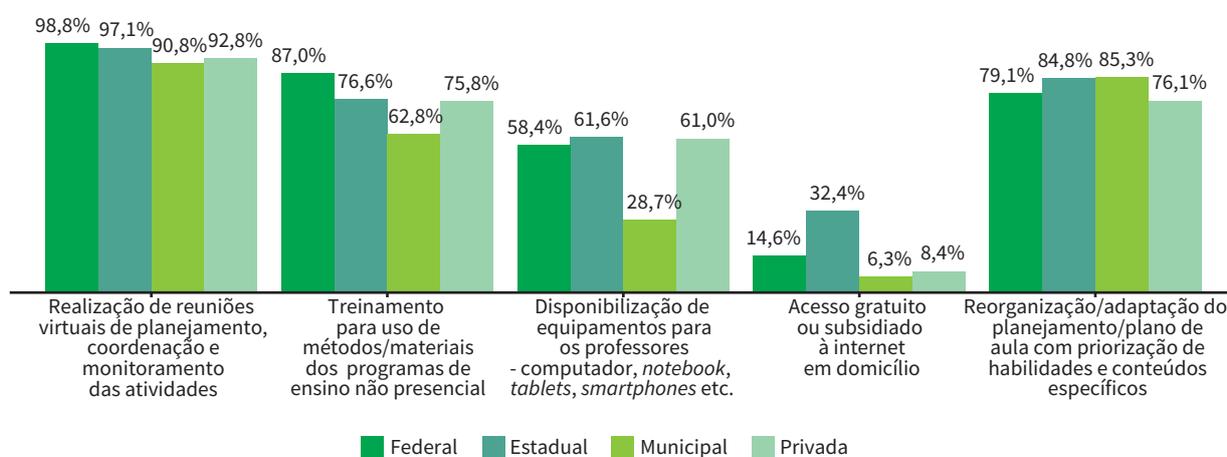


GRÁFICO 63

PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS ESCOLAS/SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO JUNTO AOS PROFESSORES NO ANO LETIVO, SEGUNDO A REDE DE ENSINO - BRASIL - 2021

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no ano de 2021.

As escolas da rede federal foram as que mais ofereceram apoio de comunicação e tecnologia aos seus alunos. Ressalta-se que o acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio foi oferecido por 87,2% das escolas na rede federal, 30,6% na estadual e por apenas 4,8% na municipal. Quando observada a disponibilização de equipamentos para uso do aluno (computador, notebook, smartphones etc.), os percentuais foram de 85,7% na rede federal, 33,7% na estadual e de 8,3% na municipal (Gráfico 64). Os percentuais relativamente baixos observados nas escolas da rede privada, possivelmente estão relacionados à menor demanda.

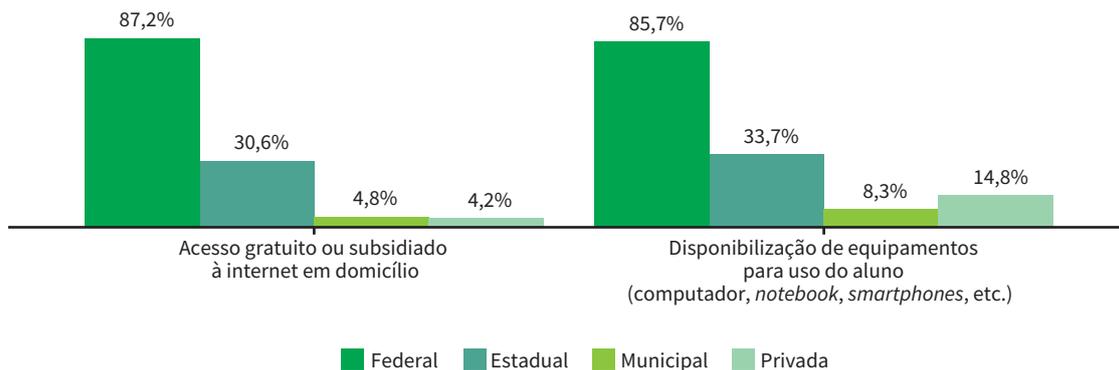


GRÁFICO 64

PERCENTUAL DE ESCOLAS POR ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E APOIO TECNOLÓGICO DISPONIBILIZADOS AOS ALUNOS NO ANO LETIVO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2021

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no ano de 2021.

Verificou-se que mais de 70,0% das escolas das redes federal, estadual e privada adotaram a transmissão de aulas síncronas (aulas ao vivo pela internet, televisão ou rádio) como ferramenta para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos. Já na rede municipal, apenas 45,0% das escolas adotaram essa estratégia. A rede municipal também apresentou o menor percentual (entre as redes) de disponibilização de aulas previamente gravadas para os alunos, o que pode refletir a carência de infraestrutura de internet nas escolas municipais, assim como a dificuldade de acesso à internet pelos alunos (Gráfico 65).

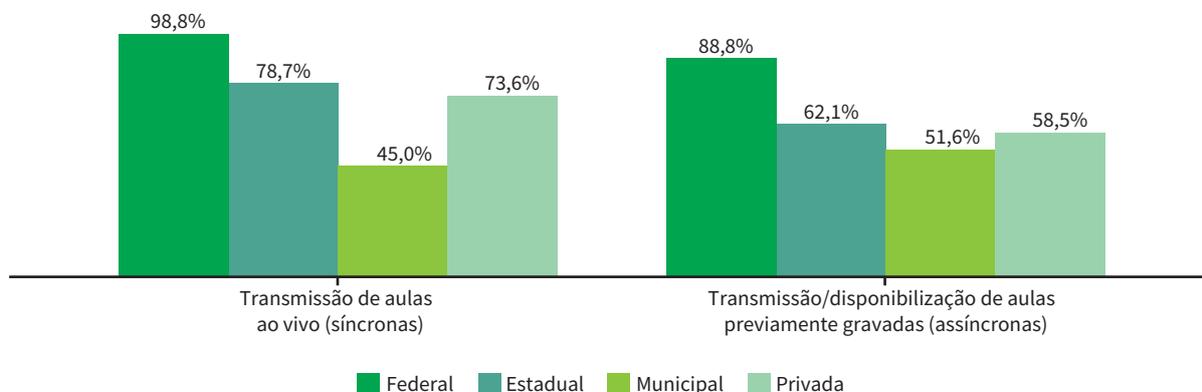


GRÁFICO 65

ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS ADOTADAS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM OS ALUNOS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL - 2021

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no ano de 2021.

Nota: As escolas podiam assinalar mais de uma categoria.

Quando avaliada a realização de aulas síncronas pela internet, com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor, constata-se que, em 2021, apenas 13,2% das escolas municipais da região Norte adotaram essa estratégia. A região Nordeste apresentou o maior percentual de escolas municipais que adotaram essa estratégia, com 49,4%. As redes municipais dos estados do Acre (5,3%) e do Amazonas (7,5%)

foram as que menos utilizaram esse recurso, enquanto a rede municipal do estado do Ceará e da Paraíba (69,1% e 64,9%, respectivamente) foram as únicas que utilizaram esse recurso em mais de 60,0% de suas escolas em 2021 (Figura 8).

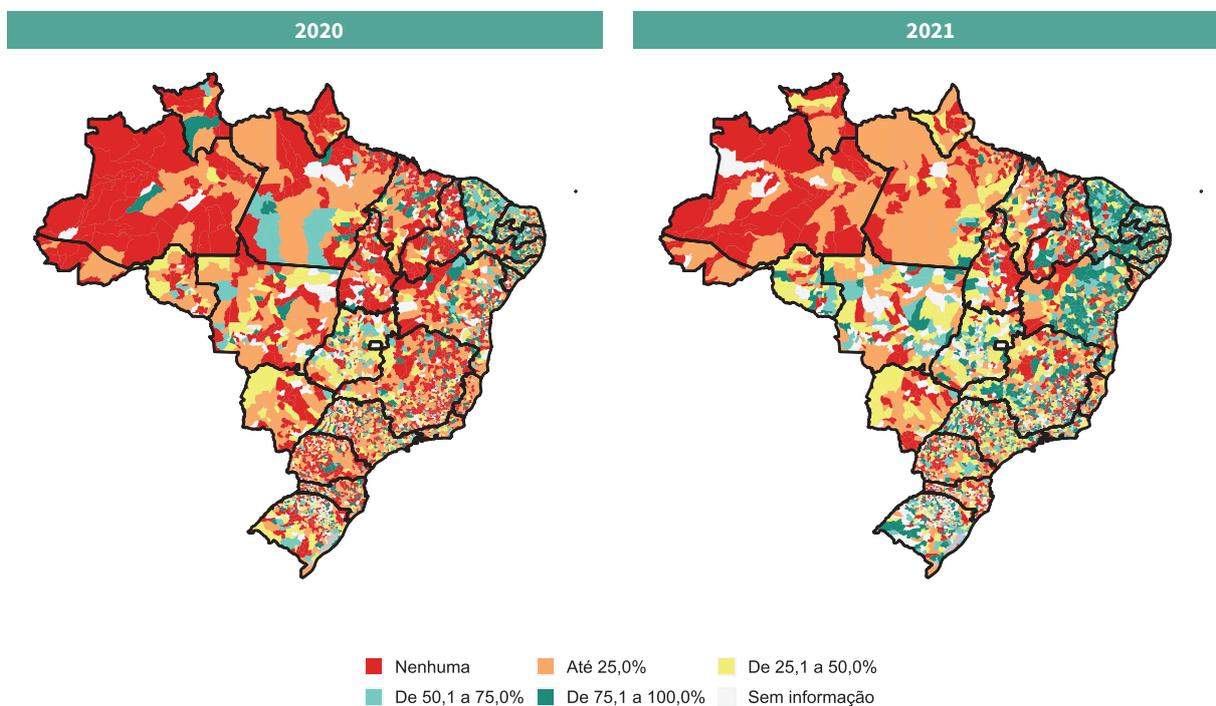


FIGURA 8

PERCENTUAL DE ESCOLAS MUNICIPAIS QUE REALIZARAM AULAS AO VIVO (SÍNCRONAS) MEDIADAS PELA INTERNET E COM POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO DIRETA ENTRE ALUNOS E O PROFESSOR, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020 E 2021

Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 - 2021.

Das escolas que adotaram a mediação de ensino remota ou híbrida durante o ano letivo de 2021 (149.822), 132.451 utilizaram alguma ferramenta on-line. Desse universo, as plataformas/ferramentas digitais mais utilizadas pelas escolas nas atividades desenvolvidas pela internet foram os de aplicativos de mensagens (*WhatsApp, Messenger, Telegram, etc.*) sendo utilizados por 95,3% das escolas, enquanto que as menos utilizadas foram as plataformas educacionais próprias ou de terceiros (*Google Classroom, Microsoft Teams for Education, Blackboard Learn/Blackboard Unite, etc.*) e as redes sociais (*Facebook, Youtube, Instagram, etc.*), ambas utilizadas por 62,0% das escolas. O Gráfico 66 mostra que a utilização das plataformas educacionais cresce à medida que se avança nas etapas de ensino. Enquanto o uso de plataformas educacionais é de 52,8% para as escolas com oferta de educação infantil, o valor chega a 93,2% para as escolas com oferta de ensino médio.

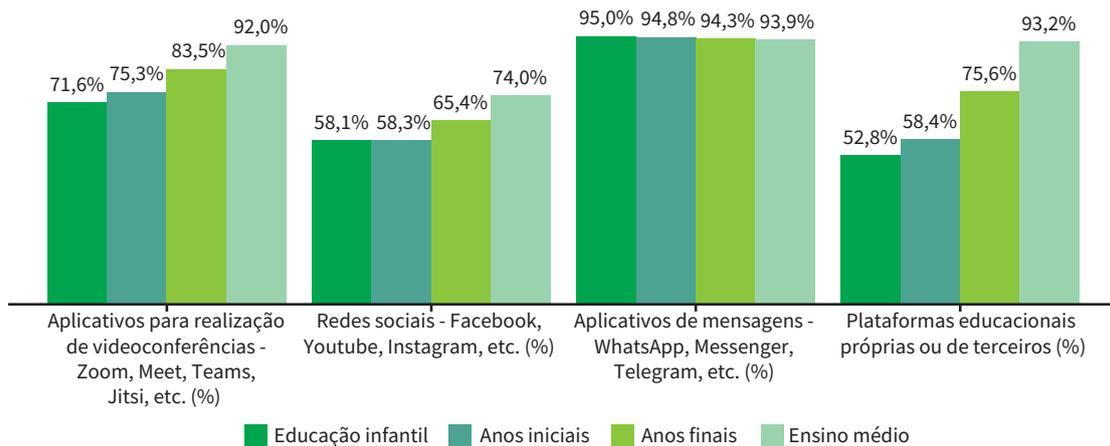


GRÁFICO 66

PLATAFORMAS/FERRAMENTAS DIGITAIS UTILIZADAS PELAS ESCOLAS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS VIA INTERNET, SEGUNDO AS ETAPAS DE ENSINO – BRASIL – 2021

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no ano de 2021.

1.4 GESTORES

Esta subseção apresenta alguns destaques relativos aos dados dos gestores das escolas no País. Salientam-se informações básicas sobre os diretores tais como a formação, o tipo de contratação e a forma de acesso ao cargo.

1.4.1 VISÃO GERAL

Do total de 188.840 gestores³ declarados nas 178.346 escolas em 2022, 86,2% são diretores⁴ e 13,8% possuem outros cargos⁵ (Gráfico 67). Dos diretores, 80,7% são do sexo feminino, mas esse percentual varia nas redes federal (22,2%), estadual (66,8%), municipal (83,7%) e privada (84,5%).

³ As estatísticas desta seção contabilizam o gestor em cada escola em que ele atua. Destaca-se que cada escola podia declarar até três gestores.

⁴ O responsável jurídico ou legal pela instituição escolar, com documentação que comprova o vínculo ao cargo, sendo o dirigente e administrador da escola.

⁵ O gestor ocupa outro cargo, diferente de diretor de escola, mas é o responsável jurídico ou legal pela instituição e pela gestão escolar.

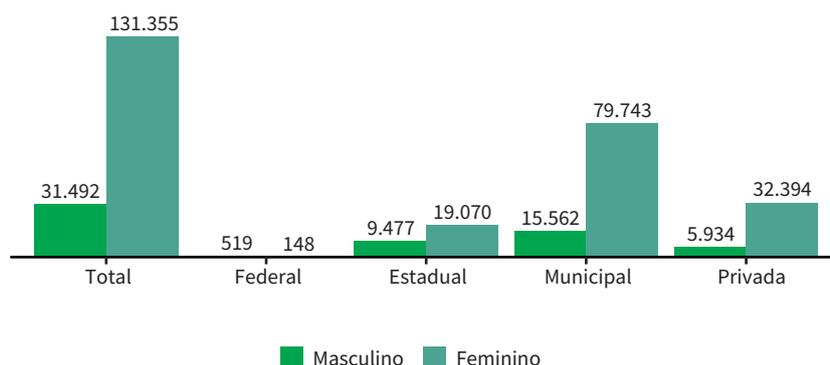


GRÁFICO 67

NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO O SEXO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade, o percentual de diretores que completaram o ensino superior é de 90,0%. O percentual de diretores com curso superior é maior nas redes federal e estadual, com 99,4% e 97,4%, respectivamente. Na rede municipal, o percentual é de 89,4% e, na rede privada, de 85,9%.

Sobre o vínculo institucional com a escola, 78,2% dos diretores da rede pública são concursados, efetivos ou estáveis. Os que possuem vínculo de contrato temporário somam 20,1% e aqueles com contratos via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 1,4%. Apenas 0,3% dos contratos são terceirizados. O Gráfico 68 apresenta esses dados separadamente para os diretores das escolas das redes federal, estadual e municipal.

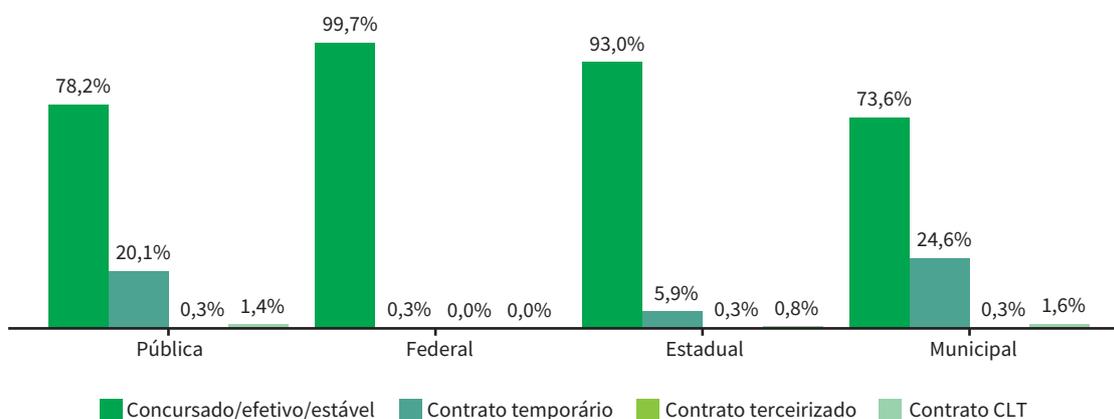


GRÁFICO 68

PERCENTUAL DE DIRETORES SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO/REGIME DE CONTRATAÇÃO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - REDE PÚBLICA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Outro quesito verificado foi a forma de acesso ao cargo de diretor. Na rede federal, predomina o acesso realizado exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar, com 71,1% dos casos; e em 10,2% a forma de acesso foi exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. A rede estadual

apresenta 31,9% de diretores com acesso ao cargo exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar; outros 23,3% ocupam o cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. Na dependência municipal, os que acessaram por esse mesmo meio somam 66,6%; outros 12,9% passaram exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar. Na rede privada, 51,3% dos diretores são proprietários ou sócio-proprietários das escolas e 34,5% chegaram ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. Outras categorias com menor frequência, como o acesso via concurso público específico para o cargo de gestor escolar e as formas combinadas contemplando processo seletivo e escolha da gestão e o processo seletivo e eleição podem ser observadas no Gráfico 69.

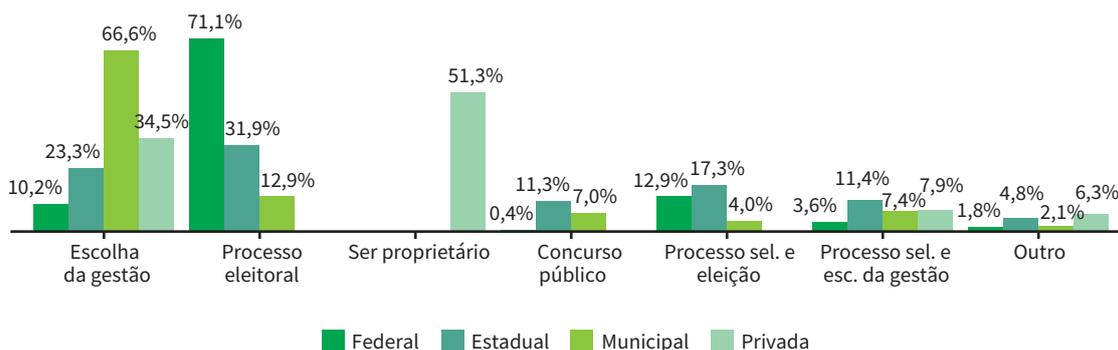


GRÁFICO 69

PERCENTUAL DE DIRETORES, POR FORMA DE ACESSO AO CARGO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Seção 1, p. 11937.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo*. Brasília: Inep, 2004. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/dicionario_de_indicadores_educacionais_formulas_de_calculo.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota Técnica nº 020/2014*. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília: Inep, 2014b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.



BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Manual da linha editorial do Inep*. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/gestao_do_conhecimento_e_estudos_educacionais/manual_de_publicacoes.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 91, de 02 de fevereiro de 2017. Torna público os princípios fundamentais e boas práticas que orientam a produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 fev. 2017a. Seção 1, p. 14.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 dez. 2020. Seção 1, p. 52.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações para o preenchimento do questionário: Resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica*. Brasília, DF: Inep, 2021a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/orientacoes_preenchimento_questionario_resposta_educacional_pandemia_covid19_educacao_basica.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações para o preenchimento da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil: educação básica: edição 2021b*. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2021/orientacoes_para_o_preenchimento_da_pesquisa_2021_final.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar 2021*. Brasília: Inep, 2021c. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matricula_inicial/caderno_de_conceitos_e_orientacoes_censo_escolar_2021_matricula_inicial.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 200, de 12 de maio de 2021. Define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2021d. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 maio. Seção 1, p. 322.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2021. Seção 1, p. 51.

BRASIL. Decreto nº 11.204, de 21 de setembro de 2022. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 set. 2022a. Seção 1, p. 16.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopse estatística da pesquisa resposta educacional à pandemia de COVID-19 no Brasil - Educação Básica 2ed.* Brasília, DF: Inep, 2022b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_pesquisa_covid19_censo_escolar_2021.zip>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 89, de 23 de março de 2022. Define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2022. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 mar. 2022c. Seção 1, p. 94.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022.* Brasília: Inep, 2022d. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

THE R FOUNDATION. *R development core team.* Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2021. Disponível em: <<http://www.R-project.org>>. Acesso em: 27 dez. 2022. UNITED NATIONS (UN). General Assembly. *Resolution adapted by the General Assembly on 29 January 2014: 68/261: fundamental principles of official statistics.* New York: UN, 2014. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/FP-New-E.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GLOSSÁRIO

As definições a seguir tiveram como fonte o Caderno de Instruções do Censo Escolar, as referências legais (relativas às metas do PNE), além de notas técnicas e dicionários de indicadores.

Atendimento educacional especializado (AEE): é a mediação pedagógica que visa a possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, público da educação especial, devendo a sua oferta constar do projeto pedagógico da escola (Decreto nº 7.611/2011), em todas as etapas e modalidades da educação básica. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela e é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais (SRM) da própria escola, ou de outra escola de ensino regular, ou em centros de atendimento educacional especializado (Caee). As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas realizadas pelo professor especializado visam a apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum. As opções disponíveis são: **exclusivamente** – a escola oferece apenas AEE; **não exclusivamente** – além de oferecer AEE, a escola também oferece escolarização e/ou atividade complementar; **não oferece** – a escola não oferece AEE.

Banheiro adequado à educação infantil: banheiro adaptado para crianças de 0 a 5 anos, com tamanhos, modelos e materiais adequados.

Critério de acesso – processo seletivo e eleição: combina a realização de um processo seletivo que considera critérios claros e objetivos de seleção (como provas, títulos, participação em cursos, currículo, entre outros) e a escolha por meio de eleição, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Opção exclusiva para escolas públicas.

Critério de acesso – processo seletivo e escolha da gestão: combina a realização de um processo seletivo que considera critérios claros e objetivos de seleção (provas, avaliação de títulos, participação em cursos, currículo, entre outros) e a escolha direta do proprietário da escola ou do gestor de maior cargo da rede de ensino. Opção para escolas públicas e privadas.

Critério de acesso – concurso público específico para o cargo de gestor escolar: indica que o gestor escolar assumiu o cargo por meio de concurso público conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal, precedido de edital exclusivo e específico para ocupar o cargo. Opção exclusiva para escolas públicas.

Critério de acesso – ser proprietário ou sócio proprietário da escola: indica que o acesso ao cargo se deve ao fato de o responsável pela escola ser proprietário único da instituição ou ser sócio-proprietário. Opção exclusiva para escolas privadas.

Critério de acesso – exclusivamente por indicação ou escolha da gestão: indicação do responsável pela escola se dá por escolha direta do proprietário da escola ou do gestor de maior cargo da rede de ensino, sem considerar outros critérios. Opção para escolas públicas e privadas.

Critério de acesso – exclusivamente por processo eleitoral: indica como único critério para acessar o cargo de gestor a escolha por meio de eleição, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, com critérios definidos por legislação, tais como: voto direto, secreto, quórum mínimo, constituição de comissão eleitoral, entre outros. Opção exclusiva para escolas públicas.

Dependência administrativa: âmbito de subordinação administrativa da escola que contempla as esferas de ensino: federal, estadual, municipal e privada.

Educação profissional: turma de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (cursos FIC) articulados à EJA ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio.

Educação de Jovens e Adultos (EJA): ensino direcionado aos jovens e aos adultos que não puderam realizar os estudos na idade apropriada.

Ensino médio integrado à educação profissional: turma de curso de educação profissional técnica de nível médio articulado ao ensino médio regular em um projeto pedagógico integrado. Cada aluno tem uma única matrícula.

Escola privada conveniada: acordo celebrado entre o poder público (secretaria estadual e/ou municipal) e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante mútua colaboração, com vistas a descentralizar a execução de programa ou projeto na área educacional, com duração definida. O instrumento pode compreender convênio, acordo de cooperação técnica, repasse de recursos, prestação de serviços, entre outros instrumentos congêneres para manutenção e desenvolvimento de ensino, conforme Art. 70 e 71 da Lei n. 9.394/1996.

Gestor – Outro cargo: o gestor ocupa outro cargo, diferente de diretor de escola, mas é o responsável jurídico/legal pela instituição e pela gestão escolar.

Gestor – Diretor(a): o responsável jurídico/legal pela instituição escolar, com documentação que comprova o vínculo ao cargo, sendo o dirigente e administrador da escola.

Indicador de Adequação da Formação Docente: sintetiza a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente. A relação dos cursos considerados adequados para cada disciplina encontra-se na nota técnica desse indicador, disponível na página do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>). **Grupo 1** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; **Grupo 2** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; **Grupo 3** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; **Grupo 4** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias; **Grupo 5** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior. Nota: nos anos iniciais, professores com formação em Pedagogia – Licenciatura ou Pedagogia – Bacharelado, com complementação pedagógica, foram classificados no Grupo 1 em todas as disciplinas, exceto Língua Estrangeira.

Jogos educativos: jogos elaborados especificamente para ensinar as pessoas sobre um determinado assunto, expandir conceitos, reforçar desenvolvimento e entendimento sobre um evento histórico ou cultural.

Localização: demarcação definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a classificação dos espaços rurais e urbanos. Há duas opções: zona urbana (áreas correspondentes às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas) ou zona rural (abrange toda a área situada fora dos limites da zona urbana). O perímetro urbano do município é definido por meio de lei municipal baseada no plano diretor do município – principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Lousa digital: aparelho de tela sensível ao toque que projeta a imagem do computador e permite ao usuário, geralmente por meio de canetas próprias, a interação com diversos recursos multimídias.

Materiais para atividades culturais e artísticas: materiais que podem ser utilizados pelos professores com os alunos para aulas de educação artística e teatro, tais como: pincéis, tintas, argila, forno para queima de cerâmica, cenários, fantoches, roupas e fantasias, entre outros.

Parque infantil: local destinado a crianças da educação infantil, com instalações/equipamentos projetados para a realização de atividades recreativas, jogos e brincadeiras de maneira segura.

Pessoas com altas habilidades ou superdotação: são aquelas que apresentam elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico, de forma isolada ou combinada, além de apresentarem grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Pessoas com transtorno do espectro autista (TEA): são aquelas que apresentam quadro clínico caracterizado por deficiência persistente e clinicamente significativa que causa alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa. Além disso, a pessoa

apresenta um repertório de interesses e atividades restrito e repetitivo, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados. Assim sendo, são comuns a excessiva adoção de rotinas e padrões de comportamento ritualizados, bem como interesses restritos e fixos.

Pessoas com deficiência (PCD): são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009).

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 04: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Plano Nacional de Educação (PNE): é o Plano Nacional de Educação, decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. Ele determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.

Rede de ensino: fonte financeira da escola. A rede pública é mantida pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal). A rede privada é mantida por entes privados.

Taxa de distorção idade-série: expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

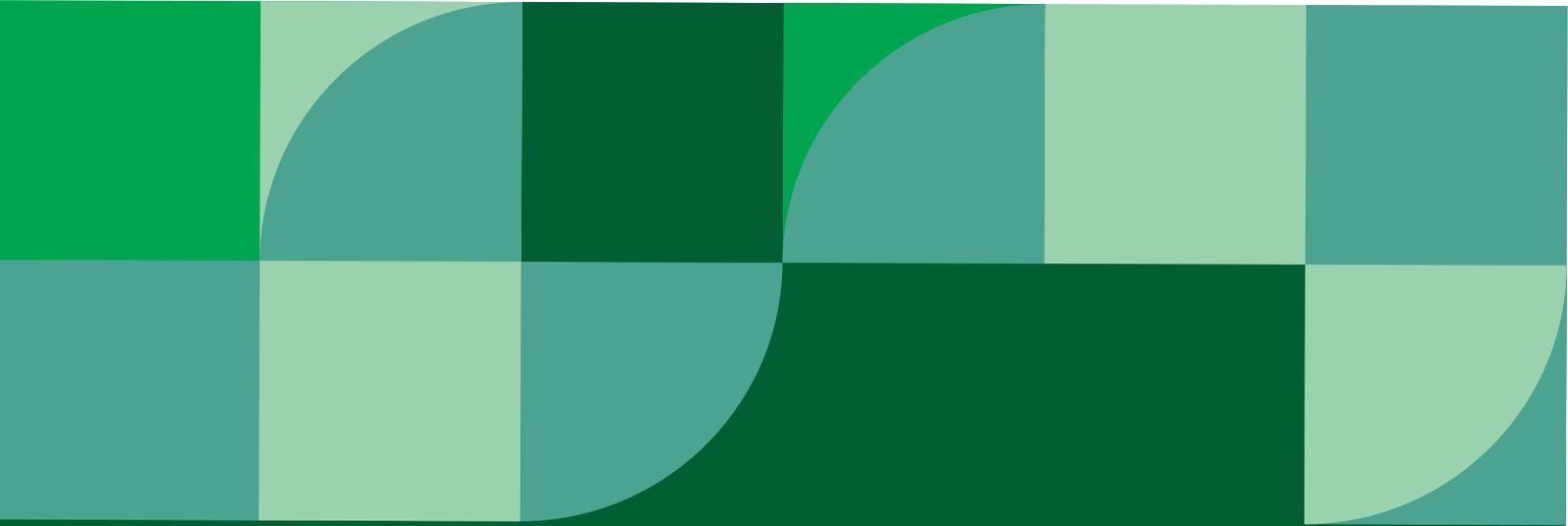
Tempo integral: o indicador de tempo integral avalia o percentual de matrículas cujo tempo de permanência do aluno na escola ou em atividades escolares é igual ou superior a 35 horas semanais. A carga horária total semanal de um aluno considera, além da duração da turma de escolarização (considerando as etapas da creche ao ensino médio), as durações de eventuais turmas de Atividade Complementar, de Atendimento Educacional Especializado e de itinerário formativo (quando existentes para os alunos de ensino médio) que o aluno frequente, independentemente do local de oferta - a carga horária semanal de cada turma é obtida multiplicando o tempo diário (em minutos) pelo número de dias da semana em que são realizadas atividades.

Tipo de contratação – contrato terceirizado: contrato de prestação de serviços celebrado com empresa intermediária. A relação de emprego é mantida entre o trabalhador e a empresa contratada e não envolve diretamente a secretaria de educação.

Tipo de contratação – contrato CLT: contrato celebrado entre pessoa física e secretaria de educação, seguindo as normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), incluindo a assinatura da carteira de trabalho e previdência social pelo empregador, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Tipo de contratação – contrato temporário: contrato celebrado entre pessoa física e secretaria de educação, para atender a uma necessidade transitória de substituição de pessoal ou a um acréscimo extraordinário de serviços.

Tipo de contratação – concursado, efetivo ou estável: servidor com cargo público permanente no quadro da secretaria de educação efetivado por meio de ato formal.





CC BY-NC

VENDA PROIBIDA

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO